Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira,
13, 14 e 15 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.589
ISSN 1980-9124

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

O NOVO PRESIDENTE DO SENEGAL

Bassirou Diomaye Faye enfrenta desafios econômicos e políticos. Por Edoardo Pacelli, **página 2**

IMPORTADORES MAIS UMA VEZ NO CADE

Postura visa apenas os interesses dos importadores de combustíveis. Por Rosangela Buzanelli, **página 2**

SINASTRIA: DOIS VINHOS PARA ARIANOS

A primeira cepa tem aromas sedutores, a segunda é companheira das aventuras. Por Míriam Aguiar, **página 4**

Brasil abre 105 novos mercados para produtos de exportação

Vendas para chineses crescerão R$ 10 bilhões

Ricardo Stuckert/PR

Lula saúde representante chinês em fábrica da JBS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou nesta sexta-feira uma planta frigorífica da JBS em Campo Grande (MS) que vai realizar o envio do primeiro lote de proteína animal à China a partir de unidades recém-habilitadas no Brasil pelo país asiático.

Nos últimos 15 meses, o Brasil celebrou a abertura de 105 novos mercados, em 50 países. "Em quatro reuniões, me reuni com mais de 110 presidentes. Quando volto, digo aos ministros: coloquem o que o Brasil tem para vender embaixo do braço e viaje o mundo para vender os produtos brasileiros", defendeu Lula.

A China habilitou, em 12 de março, 38 novas unidades de produção para receber carne importada do Brasil, o que fez com que o número de plantas saltasse de 106 para 144. Elas vão gerar um aporte de R$ 10 bilhões na balança comercial brasileira nos próximos 12 meses, a maior quantidade de exportações ao país asiático em toda a história brasileira. **Página 3**

Fundo de previdência privada ou investimento independente?

Por Gilmara Santos, *especial para o Monitor*

O envelhecimento está levando os brasileiros a refletirem sobre como vão se manter financeiramente no futuro. O levantamento "Raio X do Investidor Brasileiro", da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), em parceria com o Datafolha, mostra que nove em cada dez aposentados dependem exclusivamente da previdência pública para o próprio sustento. Entre as demais pessoas desse público, 4% contam com a renda do próprio trabalho e 3% com previdência privada.

Diante deste cenário, a previdência privada aberta começa a despertar o interesse dos brasileiros. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, 9% da população adulta tem previdência privada. Mas, afinal, investir em previdência privada ou fazer um investimento independente?

Robinson Trovó, CEO do Centro de Inteligência Financeira Rhova, lembra que a previdência privada tem sido frequentemente apresentada como um refúgio seguro para a aposentadoria, prometendo estabilidade e conforto financeiro no futuro. No entanto, uma análise criteriosa revela que essa suposta segurança pode ser, na verdade, uma ilusão.

Ele explica que as taxas administrativas e os impostos relacionados podem corroer significativamente os retornos sobre o investimento, enquanto a opacidade em relação aos investimentos realizados pode gerar desconfiança sobre a eficácia do plano.

"Contrapondo-se à previdência privada, surge o investimento independente como uma alternativa atrativa. A ideia de assumir o controle total de suas finanças, sem as amarras das instituições financeiras, seduz muitos investidores", diz Trovó.

No entanto, essa liberdade não vem sem seus próprios desafios: a necessidade de educação financeira, a disciplina para seguir um plano de investimento e a habilidade para lidar com a volatilidade do mercado.

Andressa Bergamo, sócia-fundadora da AVG Capital e pós-graduada em Mercado Financeiro e Capitais, explica que a previdência privada e uma carteira independente são coisas bem diferentes, mas complementares. "Os clientes normalmente não têm só previdência ou só uma carteira. Então, eles têm a carteira, mas também têm uma previdência, até pelos benefícios que traz a previdência num momento de sucessão", comenta.

"Então, falando em previdência privada, quando a gente fala em sucessão, se uma pessoa vem a faltar, os beneficiários que estão na previdência recebem esse recurso em 15, 20 dias. Então, o envio desse dinheiro para beneficiários é muito mais fácil porque não entra em inventário. Tem uma alíquota de Imposto de Renda muito mais baixa, que chega até 10% de IR sobre a rentabilidade, no caso do VGBL. E, no caso do PGBL, além dos aportes que o cliente fizer, ele ainda pode abater no imposto de renda", diz Andressa.

Já na carteira de investimentos, comenta ela, é possível ter desde CDBs simples e seguros até ações da Bolsa, que são ativos mais sofisticados, mais arrojados. "Então, assim, você pode buscar mais rentabilidade", avalia Andressa ao comentar que na previdência, como é um produto de longo prazo, é necessário até 10 anos para ter a alíquota mínima de IR.

Comércio da China passa de 10 tri de yuans pela 1ª vez

As importações e exportações de bens da China aumentaram 5% em yuans no primeiro trimestre de 2024, na comparação anual com 2023, estabelecendo novos recordes tanto em escala como em taxa de crescimento, mostraram dados oficiais nesta sexta-feira.

De janeiro a março, o comércio exterior de mercadorias do país foi de 10,17 trilhões de yuans (cerca de US$ 1,43 trilhão), segundo a Administração Geral das Alfândegas (GAC).

As exportações da segunda maior economia do mundo aumentaram 4,9% ano sobre ano, atingindo 5,74 trilhões de yuans, enquanto as importações aumentaram 5%, para 4,43 trilhões de yuans.

Historicamente, pela primeira vez, a escala de comércio exterior do país excedeu 10 trilhões de yuans durante o período, enquanto a taxa de crescimento atingiu o maior nível em seis trimestres, disse o vice-chefe da GAC, Wang Lingjun, em entrevista coletiva.

No primeiro trimestre, o comércio da China com os países participantes na Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) e com nações do Brics (além da própria China, o grupo reúne Brasil, Rússia, Índia e mais 6 países) mostrou uma taxa de crescimento que ultrapassa a taxa global.

O comércio com os países da BRI atingiu 4,82 trilhões de yuans, marcando um aumento de 5,5% e representando 47,4% do volume total de comércio da China. O comércio com a União Europeia, os Estados Unidos, a República da Coreia e o Japão representou um participação combinada de 33,4% do total.

Estruturalmente, a carteira de exportações da China demonstrou força no sector da maquinaria e da electrônica, bem como nos produtos de mão de obra intensiva. As importações de produtos básicos a granel e de bens de consumo se expandiram de forma constante.

Wang destacou que a China manteve consistentemente a sua posição como o segundo maior mercado de importação do mundo durante 15 anos consecutivos, com um volume acumulado de importações próximo de 200 trilhões de yuans.

"No primeiro trimestre deste ano, assistimos a um aumento de volume e de preços nas nossas importações, com o volume de importações atingindo novo recorde", observou Wang.

Georgieva cumprirá 2º mandato no FMI

O Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) decidiu, nesta sexta-feira, manter Kristalina Georgieva como diretora-gerente do Fundo, para um segundo mandato de cinco anos a partir de 1º de outubro de 2024.

A decisão foi tomada por consenso, segundo comunicado dos coordenadores do Conselho Executivo, Afonso S. Bevilaqua e Abdullah F. BinZarah. Georgieva era a única candidata ao cargo. "Ao tomar esta decisão, o Conselho elogiou a liderança forte e ágil da Sra. Georgieva durante o seu mandato, enfrentando uma série de grandes choques globais", afirmou o comunicado.

Georgieva liderou a resposta sem precedentes do FMI a estes choques, incluindo a aprovação de mais de US$ 360 bilhões em novos financiamentos.

MERCADO DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

Maria Gimena, CFO da Norcoast, explica planos da companhia.
Página 10

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1306
Dólar Turismo	R$ 5,3190
Euro	R$ 5,4609
Iuan	R$ 0,7072
Ouro (gr)	R$ 388,36

ÍNDICES

IGP-M	-0,47% (março)
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

De que forma o novo presidente do Senegal governará?

Por Edoardo Pacelli

Os 12 anos de mandato do presidente senegalês cessante, Macky Sall, terminaram em 2 de abril, após dois meses tumultuados. Sall provocou uma crise política em fevereiro, depois de ter adiado as eleições até que o Tribunal Constitucional e o Supremo Tribunal interviessem e lhe ordenassem que fixasse a data para 24 de março.

Bassirou Diomaye Faye foi empossado como o mais jovem presidente democraticamente eleito de África, aos 44 anos, tendo obtido 54% dos votos. Seu mandato poderá inaugurar uma revisão das políticas econômicas do Senegal, perspectiva que deixou os especialistas financeiros nervosos, especialmente porque Faye – um antigo inspetor fiscal – nunca ocupou um cargo público.

O mandato de Sall viu um crescimento econômico médio próximo de 5%, devido a condições favoráveis aos negócios para investidores internacionais. O quadro econômico de Sall, o Plano Senegal Emergente, de 20 bilhões de dólares, visava tornar o Senegal num país de rendimento médio até 2035, através de gastos em infraestruturas e turismo alimentados por projetos de petróleo e gás.

Um Museu das Civilizações Negras, uma ferrovia de alta velocidade no valor de 1,2 bilhões de dólares e um novo aeroporto internacional no valor de 575 milhões de dólares foram construídos na capital, Dakar, enquanto outros projetos governamentais focalizaram-se na eletricidade e no acesso aos cuidados de saúde para as comunidades rurais. Durante o mandato de Sall, o Senegal passou de um estado de rendimento baixo para um estado de rendimento médio-baixo, de acordo com o Banco Mundial.

Mas seus projetos de desenvolvimento não conseguiram reduzir sensivelmente a pobreza, porque o governo nomeou funcionários para cargos de influência com base na filiação partidária e não na competência. Aliou Sall, irmão do presidente cessante, renunciou ao cargo em 2019, depois de uma investigação da BBC ter relatado que ele tinha recebido US$ 250 mil, juntamente com mais US$ 1,5 milhão em salário ao longo de cinco anos, de um empresário romeno, para obter licenças para dois blocos de gás offshore.

> Bassirou Diomaye Faye enfrenta desafios econômicos e políticos

Sall cumpriu um mandato de sete anos e, em seguida, de outros cinco anos, cumprindo sua promessa de campanha de reduzir os mandatos presidenciais. Seu segundo mandato marcou pela primeira vez na história do Senegal em que um partido no poder não tinha conseguido obter a maioria absoluta no parlamento. Ele encerrou meses de especulação sobre um possível terceiro mandato inconstitucional em julho de 2023, mas sustentou que a constituição teria permitido sua candidatura. Ele argumentou que as alterações nos limites de mandato tinham redefinido seus próprios limites, embora a maioria dos juristas senegaleses e o público discordassem.

Seu legado foi ainda manchado pela violenta repressão aos protestos de 2021, que ofuscou os ganhos econômicos do país. Faye foi encarcerado por diversas acusações, incluindo "incitação à insurreição", devido a uma publicação no Facebook criticando as autoridades.

Sall deixa o Senegal com desemprego juvenil em massa, o que em parte custou ao seu partido uma frustrada eleição. Cerca de metade dos 17 milhões de habitantes do país vive na pobreza, segundo a agência de desenvolvimento das Nações Unidas.

Analistas políticos sugerem que Faye, provavelmente, convocará eleições locais antecipadas, porque seu partido, La Coalition Diomaye Président, não tem maioria no parlamento. Faye disse durante seu discurso de posse que deseja combater a corrupção e recuperar a soberania.

Mas ele reverteu algumas das suas promessas populistas, como a proposta de abolir o franco CFA da era colonial francesa e, em vez disso, criar uma moeda nacional. De acordo com a proposta revista de Faye, o Senegal procuraria, inicialmente, substituir sua moeda por uma liderada pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e, se isso vier a falhar, ele apresentará a ideia de uma moeda nacional para discussão pública. Considerando que os estados anglófonos da CEDEAO têm, em grande parte, suas próprias moedas nacionais, o plano para introduzir uma moeda regional da CEDEAO nunca foi uma prioridade.

Faye, igualmente, está tentando renegociar contratos de mineração e energia, quando o projeto conjunto offshore de gás natural de Sall, com a Mauritânia – que exportará energia para a Europa – está previsto para começar ainda este ano. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que os projetos de gás natural impulsionarão o crescimento do PIB do Senegal para dois dígitos este ano.

Mas as suas ideias anti-establishment preocuparam os mercados financeiros. As obrigações em dólares do Senegal registraram um dos piores desempenhos após a vitória de Faye, mas recuperaram depois de Amadou Ba – o candidato apoiado por Sall – ter admitido a derrota. A agência global de classificação de crédito S&P Global disse que Faye provavelmente desejaria cancelar ou modificar partes do Plano Emergente para o Senegal de Sall, o que poderia afetar o relacionamento do país com as multinacionais. "O novo governo ainda não comunicou muitas das suas principais políticas fiscais e econômicas propostas, o que poderia afetar a qualidade de crédito do Senegal", acrescentou a S&P.

Apesar destas notas de cautela, os especialistas sugerem que a realidade da governança significará que é pouco provável que Faye prossiga com mudanças políticas radicais, incluindo o abandono do franco CFA, que está indexado ao euro.

Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italiamiga e vice-presidente do Ideus.

Importadores de combustíveis recorrem mais uma vez ao Cade para tentar impor restrições à Petrobras

Por Rosangela Buzanelli

A Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis) insiste na tentativa de impor restrições à Petrobras, o que é um verdadeiro absurdo. Nesta segunda-feira (8), a entidade enviou uma petição ao Cade, sugerindo "remédios" que garantam condições igualitárias de competição no mercado de diesel e gasolina. O grande receio dos importadores é que com a revisão do TCC (Termo de Compromisso de Cessação) do Refino e o fim do plano de desinvestimento pelo governo atual, a Petrobras mantenha a posição dominante no setor de refino.

Uma das proposições da Abicom é que a Petrobras suspenda as importações de diesel e gasolina porque a companhia é verticalizada e pode ter vantagens cruzadas entre as suas atividades, que abrangem produção e comercialização de petróleo, refino e importação. O fato é que a Abicom não aceita que a Petrobras é verticalizada e, por conta disso, a companhia tem condições de ser mais competitiva no mercado.

Simplesmente, os importadores de combustíveis não podem querer destruir essa realidade em benefício próprio. Sim, porque esse argumento só serviria para beneficiar a si mesmos e não ao mercado, já que a população brasileira está pagando combustível mais caro em todas as regiões onde houve privatização de refinarias.

Outro ponto levantado pela entidade é que, na eventualidade de ter que importar diesel e gasolina, a Petrobras o faça por meio de subsidiária. Tentativa de interferência inadmissível na gestão empresarial da companhia. Por acaso ela questiona se a Acelen, na Bahia, e a Ream, em Manaus, estão importando combustíveis? Porque sabemos que estão. E a Ream, especificamente, desfruta de isenções que nenhuma outra tem, conforme denunciado por ocasião da privatização da Reman.

> Vivemos, há séculos, tirando pouco a pouco a vida da Mãe Terra

Por último, os importadores reclamam que, embora os desinvestimentos não fossem melhorar a concorrência, como já se sabia – pois só serviram para criar monopólios regionais – não tiveram as mesmas oportunidades para construir uma infraestrutura operacional logística no país. Quais oportunidades faltaram a eles em um mercado aberto e favorecido desde o golpe de 2016, quando se implantou o PPI e as importadoras cresceram assustadoramente com a forte redução do FUT do parque de refino da Petrobras?

A postura da Abicom visa apenas os interesses dos importadores e não do mercado consumidor, espoliado pelos preços abusivos praticados seja pelos importadores, seja pelos refinadores do setor privado.

A Petrobras foi criada para abastecer o mercado nacional e, em 70 anos de história, e muito investimento, se consolidou com uma das maiores empresas de petróleo do mundo, verticalizada como qualquer gigante do petróleo, o que a faz extremamente competitiva. E essa é a sua função principal: gerar riquezas para o Brasil e abastecer o mercado nacional a preços justos.

Rosangela Buzanelli Torres é engenheira geóloga, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobras.
Artigo publicado em rosangelabuzanelli.com.br

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Galeão decola enquanto Guarulhos engarrafa

A movimentação de cargas nos aeroportos de Guarulhos (SP) e Galeão (RJ) enfrenta 2 momentos distintos: enquanto o terminal paulista sofre com problemas que afetam o setor logístico, o aeroporto carioca recupera seu espaço.

Desde 28 de março a GRU Airport enfrenta uma sequência de problemas. O volume de cargas armazenadas atingiu níveis tão elevados que os aviões, uma vez descarregados, não estão sendo liberados a tempo para retornar com cargas destinadas ao exterior.

"O terminal tem um papel importante no transporte de mercadorias, conectando o Brasil ao resto do mundo. Quando esse sistema enfrenta desordens e ineficiências, diversos setores são afetados", explica o especialista em comércio exterior e diretor da AGL Cargo, Jackson Campos.

Entre os principais obstáculos, Campos destaca a interrupção do sistema operacional do terminal paulista, que resultou em atrasos e dificuldades na gestão de cargas. Além disso, falhas em equipamentos essenciais comprometeram a eficiência do processo logístico, gerando transtornos para importadores e exportadores que dependem do Aeroporto de Guarulhos.

"É importante ressaltar que é o mesmo problema que ocorreu em novembro de 2023. Com isso se tornando mais recorrente, há chances de uma piora considerável no médio prazo, principalmente em tempos de sazonalidade, como Natal, por exemplo", enfatiza Campos.

No Rio de Janeiro, o céu é de brigadeiro: o terminal de cargas do Galeão já conquistou 12% da fatia do mercado nacional. A recuperação é fruto de uma mobilização que começou há cerca de 4 anos, na Assembleia Legislativa (Alerj), então sob a presidência do deputado André Ceciliano (PT), para retomar os voos no Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim que tinham migrado para o Santos Dumont.

A mobilização foi abraçada pelas entidades empresariais e pelos governos estadual e municipal. Com a volta dos voos, a movimentação de carga aumentou: "60% da carga aérea vem na 'barriga' dos aviões de turismo. Nos 2 primeiros meses do ano, aumentou 36% a movimentação de carga, que já tinha crescido 35% em 2023 sobre 2022", explica o ex-secretário estadual Wagner Victer.

O Galeão projeta um crescimento de 10% no valor de cargas transportadas em 2024. No ano passado, o terminal alcançou recorde de US$ 11 bilhões no valor transportado.

Uma proposta para o Oriente Médio

"O Plano Oásis: A Solução LaRouche para a Paz por Meio do Desenvolvimento entre Israel e Palestina e para todo o Sudoeste da Ásia". Esta é a conferência online que o Instituto Schiller fará neste sábado (13), das 12h às 17h30 (hora de Brasília). Detalhes da conferência – em inglês, com interpretação simultânea em espanhol – em schillerinstitute.com

Rápidas

O Grupo Fleury inaugura o Centro Integrado de Alergia no Rio de Janeiro. O serviço oferece diagnóstico para uma ampla gama de doenças alérgicas e estrutura de suporte para emergência *** Ana Paula Vizintini, sócia do Schmidt Valois Advogados, é uma das palestrantes convidadas para o Web Summit Rio. A sessão de pré-conferência acontecerá nesta segunda-feira, 9h. A advogada falará sobre a LGPD *** A T&D Sustentável apresentará, no Web Summit Rio, seu sistema com foco em desperdício de água chamado SEA (Sistema de Economia de Água).

Frigoríficos novos agregarão US$ 10 bilhões à balança comercial

Lula: Exportações ajudarão a diminuir desigualdade social

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que os estímulos que vêm sendo feito pelo governo federal para ajudar o país a produzir e exportar terão, como resultado, uma sociedade mais igualitária, formada majoritariamente por pessoas de classe média, em vez de estar dividida entre ricos e pobres.

A declaração foi feita nesta sexta-feira em Campo Grande (MS), onde o presidente participou de evento comemorativo ao embarque do primeiro lote de proteína animal exportada para a China, a partir da fábrica JBS. Em março, o país asiático habilitou 38 novas plantas para receber carne importada do Brasil.

Com isso, o total de plantas habilitadas para operar na China passou de 107 para 145. Destas, 24 são voltadas ao processamento de carne bovina; oito de frangos; um estabelecimento de termo processamento de bovinos; e cinco entrepostos.

Segundo o Planalto, somadas, essas unidades vão gerar um incremento de R$ 10 bilhões na balança comercial brasileira ao longo dos próximos 12 meses. Mato Grosso do Sul tinha apenas três frigoríficos habilitados para exportar para a China. Agora são sete.

Círculo virtuoso

"Vocês estão percebendo que a economia brasileira voltou a crescer. Estão percebendo que a inflação voltou a cair e que a massa salarial votou a crescer. Antes, 80% dos acordos salariais nesse país eram abaixo da inflação. Hoje 87% é acima da inflação. E vocês estão percebendo que o salário mínimo voltou a subir", discursou o presidente ao destacar que o crescimento de 11.7% na renda familiar é o maior em 28 anos.

Lula acrescentou que, quando o trabalhador ganha mais, vira consumidor. "E na hora que vira consumidor, vai mais nas lojas e supermercados para comprar. Aí, a loja encomenda mais da fábrica e a fábrica produz mais. É um círculo virtuoso de geração de oportunidade para todos".

"Mas para isso, precisamos ter empresários que façam investimentos; precisamos ter países parceiros que comprem nossas coisas. É assim que o Brasil se transformará, um dia, em uma economia verdadeiramente rica e não dividida entre pobres e ricos. A gente quer uma sociedade de classe média", completou ao reforçar que cabe ao Estado oferecer condições adequadas para esse cenário.

Infraestrutura

Segundo a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, os investimentos que vêm sendo feito na infraestrutura do país fazem parte dessa estratégia de desenvolvimento associado à justiça social, defendida pelo governo. "Essa planta (frigorífico onde ela e Lula estavam, de onde foi enviado o primeiro lote de carne para a China) significa mais exportação, e esse evento significa abrir o mercado brasileiro para o mundo. Exportar significa mais empregos gerados, mais renda no comércio e, consequentemente, mais empregos sendo gerados, numa economia circular", disse a ministra ao lembrar que cerca de R$ 70 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são investidos em infraestrutura.

Ao apontar para um mapa com rotas de escoamento da produção brasileira, Simone Tebet disse que, de um tempo para cá, boa parte do PIB (Produto Interno Bruto) se concentrou no Centro-Oeste brasileiro e em partes do Norte e do Sul do país.

"Quando olhamos o mapa, vemos que é muito mais rápido e lucrativo exportar pelo Oceano Pacífico. Há uma rota de integração que vai permitir à JBS e aos produtos que plantamos; à agricultura familiar; à pecuária do agronegócio possam chegar mais rápido e mais barato para China", disse. "Esta rota já está (praticamente) pronta. Do lado do Brasil, falta a ponte em Porto Murtinho, que o presidente Lula inaugura no segundo semestre do ano que vem. Em 2025 começa também a construção, pelo PAC, de mais de R$ 400 milhões para interligar o asfalto da [BR] 419", acrescentou.

Segundo a ministra, com a conclusão dessas obras, esses produtos não precisarão mais ir para os portos do Atlântico. "Vão poder chegar numa distância inferior a 10 mil quilômetros para chegar na China. Estamos falando em diminuir a rota em até 21 dias, o que significa que os produtos vão poder ter entregues mais barato", completou.

Governo suspende publicidade no X e Lula vai para o Bluesky

A Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom) suspendeu a publicidade institucional na rede social X (antigo Twitter). A informação é do ICL Notícias, confirmada pela pasta. A suspensão teria acontecido por conta dos ataques feitos pelo empresário Elon Musk, proprietário da rede social, contra o Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Alexandre de Moraes, e o presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Segundo dados do Portal da Transparência tabulados pelo ICL em parceria com o Sleeping Giants, desde o início do governo Lula, o X já recebeu pouco mais de R$ 4,2 milhões de recursos públicos em publicidade feita diretamente pela Secom, sem contar gastos de ministérios e de empresas públicas de economia mista, como Banco do Brasil e Correios.

Bluesky

O presidente Lula é o mais novo usuário da rede social Bluesky. Ele criou a conta nesta sexta-feira. O Bluesky é concorrente do X. Lula, assim que entrou na rede social já publicou no perfil sua visita a planta frigorífica da JBS, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, que recebeu licença para exportar produtos para a China. Importante frisar que Lula não saiu do X. A Bluesky foi fundada em 2019, é bem parecida com X e está ficando mais conhecida pelos brasileiros por causa da intolerância de Musk e seus ataques ao STF.

China: suprimentos de carvão mais flexíveis em três anos

A China estuda criar um sistema de reserva de capacidade de carvão até 2027, com o objetivo de garantir a segurança energética por meio de suprimentos de carvão mais flexíveis, de acordo com planos divulgados pelo país nesta sexta-feira.

O carvão mineral é a fonte predominante de geração de energia elétrica na China, tendo respondido por 61% dessa matriz em 2022. Com ondas de calor recentes, um alerta adicional foi aceso naquele país: o consumo de energia, puxado pelos aparelhos de ar-condicionado, está aumentando. A resposta para a demanda é queimar ainda mais carvão, segundo reportagem do The New York Times, publicada no ano passado.

Segundo a agência Xinhua, até 2030, o país afirma que irá se empenhar em atingir uma reserva anual de capacidade de carvão de 300 milhões de toneladas que sejam despacháveis e em melhorar a capacidade e a flexibilidade dos suprimentos de carvão, de acordo com um documento divulgado em conjunto pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e pela Administração Nacional de Energia (ANE).

O estabelecimento do sistema de reserva de capacidade de carvão permitirá a rápida liberação da capacidade de produção de carvão em situações extremas, como flutuações severas no mercado internacional de energia, condições climáticas adversas e mudanças drásticas na estabilidade da oferta e da demanda, garantindo o fornecimento suficiente de carvão nessas circunstâncias, de acordo com um funcionário da ANE.

O sistema também pode alavancar melhor o papel fundamental da energia a carvão na geração de energia, promover o desenvolvimento de alta qualidade de energia nova e facilitar a transformação verde e de baixo carbono do setor de energia, acrescentou o funcionário .

Há muito tempo, o carvão tem sido o principal combustível da China. O país extraiu 4,66 bilhões de toneladas de carvão no ano passado, um aumento de 2,9% em relação ao ano anterior, atingindo um recorde. A reserva de capacidade de carvão é reservada apenas para situações extremas e permanece inativa em condições normais, de acordo com a ANE.

VINHO ETC.

Míriam Aguiar
Professora e somelier
miriam.aguiar@gmail.com

Equilibrando o espírito bélico dos arianos: 2 vinhos por sinastria

Chegou a hora de sugerir vinhos que possam combinar com os nativos de Áries, por sinastria. Estamos em pleno período de vigência deste signo (21/3 a 20/4), que tem como elemento o fogo e é regido por Marte, o planeta vermelho e o deus da guerra, para a mitologia romana. Seus nativos têm como características o impulso vital; são energéticos, impetuosos e impacientes. Na série do Zodíaco, escolhi como arianos vinhos tintos calorosos e tânicos, com boa acidez.

Levando para a sinastria, que analisa os relacionamentos entre os signos, a maior parte dos textos astrológicos avalia que o ariano teria maior atração e conexão com signos de ar e fogo. Isso porque os elementos água e terra imprimem em seus nativos um ritmo mais calmo e meio desestimulante para o perfil agitado dos arianos. Mesmo assim, existem variações nas análises das combinações entre Áries e os diferentes signos de ar e fogo, com prós e contras. Eu escolhi aquilo que me pareceu mais satisfatório, pensando que estamos falando de vinhos. Ou seja, um vinho que mantenha o ânimo ariano aceso, sem inflamá-lo mais ainda, oferecendo, se possível, um contraponto à sua energia bélica.

Começo por Libra, que tem como elemento o ar e que é considerado o signo complementar de Áries para a astrologia. Os signos complementares são sempre uma referência de equilíbrio. Os librianos têm como mito regente Afrodite, deusa do amor e da beleza, e seus portadores trazem a leveza do elemento ar associada ao senso estético e à busca de um equilíbrio harmônico com o entorno. Librianos seriam, portanto, charmosos, sedutores, diplomáticos, e seus vinhos dotados de vivacidade (elemento ar) e estética: sedutores na cor, nos aromas e no balanceamento gustativo. Este seria o ponto de atração para o ariano: quebrar a sua agressividade de maneira não combativa, mas sedutora.

Tendo em vista esses aspectos, escolhi um dentre os vinhos que indiquei para os librianos anteriormente: feitos a partir da uva Sauvignon Blanc. Trata-se de uma das cepas mais famosas e encantadoras do mundo, especialmente por dois fatores: sua acidez vibrante e sua aromaticidade. Em certos terroirs, ela faz vinhos perfumados, de perfil tropical, impossíveis de não serem notados; em outros, pode gerar vinhos mais vegetais ou cítricos, não menos modestos em aromaticidade. Seus locais de maior reconhecimento atualmente são o Centro-Loire/França, área de clima mais continental, em que ela se expressa de forma muito viva, com acidez crocante, certa mineralidade e boa amplitude em boca. O segundo local é a Nova Zelândia, onde a Sauvignon Blanc se tornou emblema da produção do país, devido ao seu grande êxito qualitativo.

O segundo signo, com boas interpretações de sinastria para Áries, é de fogo: Sagitário. Regido por Júpiter (Zeus na mitologia grega) e associado a Quíron, um centauro (metade homem e metade cavalo) que busca curar suas feridas existenciais por meio da expansão de suas vivências. O sagitariano é frequentemente descrito como o signo dos viajantes, de temperamento curioso e otimista, adaptável a várias circunstâncias. Teria um perfil semelhante ao ariano no ritmo e energia de fogo, só que mais sociável, menos explosivo.

Os vinhos sugeridos como sagitarianos apresentam certa semelhança com os arianos em sua expressão energética, mas com perfis mais dóceis e acessíveis a vários contextos, como o próprio sagitariano. No texto do Zodíaco dos Vinhos, sugeri três uvas, uma para cada decanato de Sagitário. Dentre elas, optei pela Mencía para a sinastria com Áries.

É uma variedade oriunda da Península Ibérica, vinificada especialmente no noroeste da Espanha, onde se chama Mencía, e na região do Dão, em Portugal, com o nome de Jaen. Ainda é pouco conhecida mundialmente. Ela tem pontos fortes de atração e semelhança com o ariano: cor profunda, aromas expressivos, estrutura encorpada – mas faz vinhos menos tânicos e mais acessíveis do que aqueles que sugeri como arianos. Além disso, é uma cepa vizinha à que sugeri como clássica ariana: a Tempranillo. Ou seja, afinada com o perfil ariano, assim como os sagitarianos. Para os arianos, recomendo tirar a prova se vai se identificar mais com os vinhos do seu próprio signo ou com os indicados pela sinastria. Certamente, fará uma ótima degustação!

Visite a página de Míriam Aguiar no Instagram e se inscreva em cursos e aulas de vinhos presenciais e online. Instagram: @miriamaguiar.vinhos. Blog: miriamaguiar.com.br/blog

Volume de serviços recuou 0,9% em fevereiro

Turismo puxa resultado negativo após três meses de expansão

O volume de serviços prestados no país recuou 0,9% na passagem de janeiro para fevereiro de 2024. O resultado chega após três meses de alta (novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024), período em que registrou 1,5% de expansão. Assim, o volume de serviços ficou 11,6% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 1,9% abaixo do ponto mais alto da série histórica (dezembro de 2022). Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada hoje pelo IBGE.

A pesquisa mostrou, ainda, crescimento de 2,5% no confronto contra fevereiro de 2023. No acumulado do primeiro bimestre de 2024, o volume de serviços cresceu 3,3% frente ao mesmo período do ano passado. O acumulado nos últimos 12 meses ficou em 2,2%.

Quatro das cinco atividades investigadas na PMS tiveram queda no volume em fevereiro. De acordo com Luiz Almeida, analista da pesquisa, o resultado é fruto de um movimento de compensação após meses de alta. "É uma descontinuação dos ganhos anteriores. Como observamos, por exemplo, na atividade de profissionais, administrativos e complementares", afirma.

O grupo caiu 1,9% em fevereiro após uma alta em janeiro impactada principalmente pelo pagamento de precatórios, que influenciou nas atividades jurídicas. "Como não houve essa receita em fevereiro, acontece esse retorno ao patamar anterior", explica. Os serviços de aluguel de máquinas e de locação de automóveis também contribuíram para a queda no grupo.

Outra importante retração foi do setor de informação e comunicação (-1,5%), que perdeu parte do ganho de 3,6% dos últimos quatro meses.

"Nesse caso, as principais influências vieram de portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet, e de edição integrada à impressão de livros, que, com o fim da preparação para o início do ano letivo, mostrou um arrefecimento do mercado", justifica o pesquisador.

As demais atividades com recuo em fevereiro foram transportes (-0,9%) e outros serviços (-1,0%). Apenas as atividades de serviços prestados às famílias registraram variação positiva, de 0,4%, o que não recupera a queda de 2,9% em janeiro.

"Importante lembrar que este setor foi o último a se recuperar da pandemia, ultrapassando o patamar pré-pandemia apenas em dezembro de 2023. A queda em janeiro havia colocado o setor abaixo desse patamar. Com essa leve recuperação, ele volta a ficar acima, mas apenas 0,2%", diz Luiz Almeida.

No acumulado do primeiro bimestre de 2024, na comparação com o mesmo período de 2023, o setor de serviços teve crescimento de 3,3%, com expansão em todas as cinco atividades e alta em 62,7% dos 166 tipos de serviços investigados na PMS.

Já no recorte regional, na passagem de janeiro para fevereiro, 14 das 27 unidades da Federação acompanharam o índice nacional e apresentaram retração no volume de serviços. O impacto negativo mais importante veio de São Paulo (-1,0%), seguido por Paraná (-2,5%), Rio de Janeiro (-0,7%), Mato Grosso (-2,7%), Ceará (-1,3%) e Espírito Santo (-1,4%). Por outro lado, a Bahia (0,9%), seguida por Pará (1,7%) e Rio Grande do Norte (3,5%) tiveram as principais contribuições positivas do mês.

O índice de atividades turísticas recuou 0,8% em fevereiro, na comparação com janeiro. Foi o segundo revés seguido, com perda acumulada de 1,8%. O segmento se encontra 2,2% acima do patamar pré-pandemia e 4,3% abaixo do ponto mais alto da série, alcançado em fevereiro de 2014.

Regionalmente, houve equilíbrio, com seis dos 12 locais pesquisados acompanhando a retração nacional. A influência negativa mais importante ficou com São Paulo (-2,9%), seguido por Santa Catarina (-3,7%), Ceará (-5,4%) e Minas Gerais (-1,5%). Em contrapartida, Distrito Federal (8,3%) e Bahia (2,4%) assinalaram os principais avanços.

No acumulado do primeiro bimestre de 2024, as atividades turísticas registram expansão de 0,3% frente a igual período do ano passado.

A PMS também divulgou o volume de transporte em fevereiro. O de passageiros registrou quase uma estabilidade: um acréscimo de 0,1% frente a janeiro. Ainda assim, é o segundo resultado positivo seguido, acumulando ganho de 2,9%. O segmento ficou 5,4% abaixo do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 27,3% abaixo do ponto mais alto da série histórica (fevereiro de 2014).

Já o volume do transporte de cargas teve queda de 1,4% após ter avançado 0,8% em janeiro. O segmento ficou 5,5% abaixo do ponto mais alto de sua série (julho de 2023). Já com relação ao nível pré-pandemia, o transporte de cargas está 34,3% acima de fevereiro de 2020.

No indicador acumulado do primeiro bimestre deste ano, o transporte de passageiros caiu 5,7% frente a igual período de 2023, enquanto o de cargas cresceu 5,5% nesse mesmo intervalo.

E-commerce teve 16,5% a mais de fraudes em 2023 ante 2022

Segundo estudo da BigData Corp, as lojas virtuais tiveram a quantidade aumentada em 16,5% em 2023, totalizando mais de R$ 1,9 milhão em relação ao ano anterior. Ainda segundo o estudo, o faturamento do comércio eletrônico brasileiro alcançou a marca de R$ 254,4 bilhões no acumulado de 2023, o que representa um contido crescimento de 0,7% na comparação com 2022, quando o setor registrou queda de 2,2% em relação a 2021. Já o número de compradores no e-commerce em 2023 permaneceu praticamente estável: 108,4 milhões de brasileiros, com variação negativa de 0,5% em relação ao ano anterior.

O prejuízo de cerca de R$ 15 milhões devido a fraudes, por empresa, tanto em compras físicas quanto online marca o ano de 2023. No Brasil, os prejuízos com ações fraudulentas atingem uma média de R$ 8,5 milhões, por empresa em 2023, segundo o "Relatório do Varejo 2024", da Adyen, em colaboração com o Centro de Pesquisa Econômicas e de Negócios (Cebr)

E de acordo com a pesquisa "O futuro do e-commerce na América Latina", da Adobe e Signifyd, a proteção contra fraudes é a melhor escolha para 28% dos e-commerces brasileiros, que a colocaram entre as prioridades para 2024. No topo da lista estão ainda melhorar a experiência do cliente (32%) e cibersegurança (34%). A automatização de processos e a redução do abandono de carrinhos no checkout são importantes para 20% e 14% deles, respectivamente. Ainda seguno o estudo, recusas de pedidos estão em mais de 10% dos e-commerces brasileiros, mensalmente, de acordo com 4 em cada 10 tomadores de decisão do setor. Outros 25% indicaram uma margem de 6% a 10% de pedidos declinados. Este número pode ser diminuído, a partir de tecnologia avançada, inteligência artificial e machine learning.

Já para nove entre 10 entrevistados pelo Instituto Datafolha, a pedido do Nubank, as ameaças feitas por golpistas no ambiente digital estão cada vez mais sofisticadas. Para 75% dos participantes, as instituições financeiras e os seus clientes têm papéis igualmente relevantes para a prevenção de golpes; a maioria também aponta motivos mais relacionados à vulnerabilidade das vítimas como principais fatores que levam um golpe a se concretizar. O estudo marca diferença entre os conceitos de golpe e fraude. Em situações de fraude, o criminoso burla o sistema das instituições sem a participação da vítima ou se utiliza de mecanismos de violência ou coação para realizar a transação financeira em nome da vítima e sem o seu consentimento; já no caso dos golpes, que têm sido mais comuns, o infrator conta com a participação do próprio cliente, que está sendo enganado e manipulado, para que a operação indevida aconteça.

Entre os entrevistados pelo Datafolha, 72% disseram que já ouviram falar de pessoas que foram vítimas de golpes em aplicativos de instituições financeiras. Deste universo, 56% indicaram, em respostas espontâneas, fatores relacionados à falta de conhecimento e atenção ou à ingenuidade das vítimas como principais motivos explorados pelos criminosos e que levaram o golpe a acontecer – como dificuldade em identificar um golpe, pouca informação sobre como eles acontecem, confiança em contatos falsos ou clique em links suspeitos, por exemplo.

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 30.458.020/0001-71
NIRE 33.3.0000065-8

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://monitormercantil.com.br/caderno-digital/

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Outrossim, esta Administração fica à disposição dos senhores acionistas, para quaisquer outros esclarecimentos adicionais. Rio de Janeiro, 25 de março de 2024. **A Administração**

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$, exceto quando indicado)

ATIVO	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante	**67.872**	**74.918**	**692.560**	**517.878**
Caixa e equivalentes de caixa	3.877	5.113	45.946	27.888
Aplicações financeiras	54.330	54.372	70.184	61.937
Contas a receber de clientes	102	76	255.104	110.920
Cotas de consórcio	–	–	27.050	20.381
Estoques e adiantamento fornecedor	–	5	264.809	248.136
Ativos biológicos	–	–	18.012	16.510
Impostos a recuperar e créditos tributários	1.968	2.695	7.502	28.959
Dividendos e juros sobre capital próprio	6.785	12.061	–	–
Ativo não circulante mantido para venda	–	–	–	–
Outros ativos circulantes	810	596	3.953	3.147
Não circulante	**600.637**	**534.509**	**395.698**	**375.378**
Cotas de consórcio	–	–	4.438	3.948
Contas a receber de partes relacionadas	–	–	302	302
Impostos a recuperar e créditos tributários	–	–	13.513	13.961
Depósitos judiciais e outros	–	–	556	569
Outros ativos não circulantes	–	–	1.264	1.982
Ativos biológicos	–	–	12.678	20.984
Investimentos	582.139	515.639	621	740
Propriedade para investimento	16.694	17.026	16.102	16.395
Imobilizado	1.804	1.844	337.120	307.384
Intangível	–	–	9.104	9.113
Total do ativo	**668.509**	**609.427**	**1.088.258**	**893.256**

PASSIVO	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante	**12.255**	**16.356**	**251.998**	**137.678**
Contas a pagar	3	9	56.826	22.957
Empréstimos e financiamentos	–	–	127.376	49.783
Salários e encargos sociais	256	227	28.636	23.946
Impostos e contribuições a recolher	1.651	2.409	5.412	5.834
Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	–	4.561	2.969
Dividendos e JSCP a pagar	10.343	13.711	14.313	17.877
Contas a pagar a partes relacionadas	–	–	545	789
Outras obrigações	2	–	14.329	13.523
Não circulante	**412**	**382**	**59.984**	**56.119**
Empréstimos e financiamentos	–	–	13.105	6.482
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	–	–	14	268
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	41.157	43.491
Outras obrigações	412	382	5.708	5.878
Patrimônio líquido	**655.842**	**592.689**	**776.276**	**699.459**
Capital social	147.000	147.000	147.000	147.000
Reserva de Capital	4.950	4.950	4.950	4.950
Reservas de reavaliação	64.390	64.939	64.390	64.939
Reserva de lucros	411.391	347.688	411.391	347.688
Ajustes de avaliação patrimonial	28.111	28.112	28.111	28.112
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores	**655.842**	**592.689**	**655.842**	**592.689**
Participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	–	–	120.434	106.770
Total do passivo e patrimônio líquido	**668.509**	**609.427**	**1.088.258**	**893.256**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$, exceto quando indicado)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Operações continuadas				
Receita líquida	–	–	2.390.660	1.980.299
Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos	–	–	(10.923)	(5.786)
Custo das vendas	–	–	(2.086.570)	(1.711.196)
Lucro bruto	–	–	**293.167**	**263.317**
Despesas gerais e administrativas	(9.035)	(8.396)	(163.725)	(143.658)
Outras receitas operacionais	1.426	730	28.338	28.518
Outras despesas operacionais	(182)	(111)	(5.764)	(3.086)
Resultado de equivalência patrimonial	95.036	97.238	125	118
	87.245	**89.461**	**(141.026)**	**(118.108)**
Resultado operacional	**87.245**	**89.461**	**152.141**	**145.209**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	6.848	7.634	25.279	23.839
Despesas financeiras	(40)	(16)	(21.725)	(3.800)
	6.808	**7.618**	**3.554**	**20.039**
Resultado antes dos impostos	**94.053**	**97.079**	**155.695**	**165.248**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(155)	(1.746)	(44.294)	(52.354)
Diferido	–	–	2.110	2.494
Lucro líquido do exercício de operações em continuidade	**93.898**	**95.333**	**113.511**	**115.388**
Prejuízo de operações descontinuadas	–	–	(62)	(20)
Lucro líquido do exercício	**93.898**	**95.333**	**113.449**	**115.368**
Atribuível a:				
Acionista controlador	–	–	**93.898**	**95.333**
Acionistas não controladores de empresas controladas	–	–	**19.551**	**20.035**
	93.898	**95.333**	**113.449**	**115.368**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva Reavaliação	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária Garantia para dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial: Ativos de controladas	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos controladores	Patrimônio líquido dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31/12/2021	**147.000**	**4.950**	**65.591**	**27.245**	**255.839**	**28.120**	**–**	**528.745**	**93.107**	**621.852**
Realizações das reservas de controladas	–	–	(916)	–	–	(9)	925	–	–	–
Ajuste em reservas de controladas	–	–	264	–	146	1	–	411	–	411
Distribuição de dividendos e JSCP	–	–	–	–	(27.090)	–	–	(27.090)	–	(27.090)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	95.333	95.333	–	95.333
. Constitução de reserva legal	–	–	–	2.155	–	–	(2.155)	–	–	–
. Dividendo mínimo obrigatório (5%)	–	–	–	–	–	–	(4.710)	(4.710)	–	(4.710)
. Constituição de reservas estatutárias	–	–	–	–	89.393	–	(89.393)	–	–	–
Efeito dos acionistas não controladores sob. entidades consolidadas	–	–	–	–	–	–	–	–	13.663	13.663
Saldos em 31/12/2022	**147.000**	**4.950**	**64.939**	**29.400**	**318.288**	**28.112**	**–**	**592.689**	**106.770**	**699.459**
Realizações das reservas de controladas	–	–	(727)	–	–	(2)	729	–	–	–
Ajuste em reservas de controladas	–	–	178	–	–	1	–	179	–	179
Distribuição de dividendos e JSCP	–	–	–	–	(26.184)	–	–	(26.184)	–	(26.184)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	93.898	93.898	–	93.898
. Constitução de reserva legal	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
. Dividendo mínimo obrigatório (5%)	–	–	–	–	–	–	(4.740)	(4.740)	–	(4.740)
. Constituição de reservas estatutárias	–	–	–	–	89.887	–	(89.887)	–	–	–
Efeito dos acionistas não controladores sob. entidades consolidadas	–	–	–	–	–	–	–	–	13.664	13.664
Saldos em 31/12/2023	**147.000**	**4.950**	**64.390**	**29.400**	**381.991**	**28.111**	**–**	**655.842**	**120.434**	**776.276**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$, exceto quando indicado)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**93.898**	**95.333**	**113.449**	**115.368**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total de resultados abrangentes para o exercício	**93.898**	**95.333**	**113.449**	**115.368**
Total de resultados abrangentes atribuíveis a:				
Acionistas da companhia			93.898	95.333
Acionistas não controladores de empresas controladas			19.551	20.035
			113.449	**115.368**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do fluxo de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa proveniente das operações:				
Atividade operacional				
Resultado líquido do exercício	93.898	95.333	113.449	115.368
Resultado de equivalência patrimonial	(95.036)	(97.238)	(125)	(118)
Depreciação e amortização	384	381	5.197	4.362
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(557)	644
(Reversão) provisão de riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	–	–	(180)	141
Provisão para perdas em investimentos	–	–	67	105
(Reversão) Provisão de honorários de êxito	–	–	(1.435)	(88)
Resultado na alienação de imobilizado	–	–	(1.319)	(2.745)
Ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos	–	–	10.923	5.786
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(2.110)	(2.494)
Resultado com juros e variações monetárias líquidas	–	881	2.752	(12.390)
(Aumento) redução nos ativos:	492	(2.655)	(145.211)	(268.421)
Aumento (redução) nos passivos:	(515)	2.459	42.233	14.662
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(777)**	**(839)**	**23.684**	**(145.188)**
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	**30.872**	**23.976**	**(37.075)**	**93.753**
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	**(31.331)**	**(20.562)**	**31.449**	**20.880**
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(1.236)**	**2.575**	**18.058**	**(30.555)**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.113	2.538	27.888	58.443
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.877	5.113	45.946	27.888
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(1.236)**	**2.575**	**18.058**	**(30.555)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$, exceto quando indicado)

1. Informações Gerais: A SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200, 19º andar (parte), Flamengo, e estão identificadas nas presentes notas explicativas pela sua denominação social "**SAJUTHÁ**" ou por "**Companhia**". A **Companhia**, é uma Holding não financeira, com outras operações de aluguel de propriedades para investimento e, através de sua controlada direta **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. (WLM) e controladas indiretas (CI's)**, atua na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas, dos segmentos automotivo e agropecuário, em vários estados do Brasil, tais como: **SEGMENTO AUTOMOTIVO -** A **WLM**, comercializa produtos e serviços da marca SCANIA, como caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção e assistência técnica especializada, voltados aos produtos que comercializa. A **WLM** possui uma rede de quatro concessionárias com vinte estabelecimentos localizados em diversos Estados do Brasil, por meio de suas regionais: WLM Equipo (Rio de Janeiro), WLM Quinta Roda (São Paulo), WLM Itaipu (Minas Gerais) e WLM Itaipu Norte (Pará e Amapá), todas com a certificação mundial D.O.S. (Dealer Operating Standard). **SEGMENTO DE LOCAÇÃO -** Ao final do ano de 2023, a **WLM** passou a atuar na locação de veículos automotores da marca SCANIA, leasing operacional, sem condutor, geradores de energia, máquinas e equipamentos em geral para os setores de serviços, indústria, comércio e agropecuária, bem como participações societárias em outras empresas como acionista ou quotista visando expansão de nossas atividades operacionais e novos negócios por meio da controlada indireta **Equipo Locação de Máquinas e Veículos Ltda.**, localizada no Estado do Rio de Janeiro. **SEGMENTO AGROPECUÁRIO**: A **WLM** atua na produção, criação e comercialização de bovinos de corte, cultivo e comercialização de grãos por meio das CI's: Fartura Agropecuária S.A. (**Fartura**) e Itapura Agropecuária Ltda. (**Itapura**). **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas**: As demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31/12/2023, avaliamos a capacidade da **Companhia** em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações contábeis anuais de 31/12/2023 da controlada **WLM**. Consequentemente, estas informações anuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais divulgadas no site da **WLM**. **2.1 Critérios gerais de elaboração e divulgação**: As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos biológicos mensurados ao valor justo. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da **Companhia**, apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são realizados nas demonstrações contábeis individuais e nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da **Companhia**. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra até o final do exercício seguinte. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidado foi autorizada pela Diretoria em 25/03/2024. **2.2 Sumário das principais práticas contábeis adotadas**: *As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são*: **a) Moeda funcional**: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da **Companhia** e de suas controladas. **b) Ativos financeiros**: A **Companhia** classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, custo amortizado e valor justo através de outros resultados abrangentes (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A **Companhia** não possui instrumentos financeiros complexos e todos são classificados como custo amortizado. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são mensuradas, em sua totalidade, ao custo amortizado. Os juros e correção monetária, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas, quando aplicável, das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização. Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros: Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. **c) Cotas de consórcio**: As quotas adquiridas referem-se a consórcio de caminhões e estão avaliadas pelo custo de aquisição. **d) Impostos a recuperar e créditos tributários**: As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **e) Estoques**: Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio. Para o ativo biológico Soja, a **Companhia** mensura a custo de produção e quando o ativo está no "ponto de colheita" é realizado a mensuração a valor justo. Após colhido, o grão é tratado como estoque e é avaliado a valor realizável líquido. **f) Ativos biológicos**: Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente. Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 10. A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada "ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado. **g) Operações com partes relacionadas (ativos não circulantes e passivos circulantes)**: As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas, em sua maior parte, referem-se a mútuos e arrendamentos, atualizados pela variação da taxa SELIC, em sua maior parte. Adicionalmente incluem aluguel de terras e pagamento de juros sobre capital próprio. **h) Investimentos**: Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos. **i) Propriedade para investimentos**: As propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de arrendamento e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos e estão avaliadas pelo método de custo. **j) Imobilizado**: O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável (*impairment*). A **Companhia** utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da **Companhia** são demonstradas na nota explicativa nº 15. Conforme divulgado na nota explicativa nº 21, a **Companhia** optou pela manutenção dos saldos de reavaliação, constituídos anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07. Adicionalmente, adotou o custo atribuído quando da adoção inicial dos CPCs em 2010. **k) Intangível**: Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil. **l) Redução ao valor recuperável de ativos**: O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes da **Companhia**, **WLM** e **CI's** são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios. **m) Ativos e passivos não circulantes**: Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações contábeis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço. **n) Fornecedores**: As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços. **o) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**: A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, quando efetuada pela Administração da **Companhia**, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, ainda não aprovadas pelos acionistas é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido, nota explicativa nº 17. **p) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**: Reconhecidas quando a **Companhia** e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da **Companhia**. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 19. **q) Apuração do resultado e reconhecimento de receita**: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que satisfaz uma obrigação de desempenho, quando da transferência do controle dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela **Companhia**. **r) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**: A **Companhia** calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da **Companhia** pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante. **s) Novas normas, interpretações e alterações**: *Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis*: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): **Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) "Demonstrações Consolidadas" e à IAS 28/CPC 18 (R2) "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto**: Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto; **Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: Classificação do passivo como circulante ou não circulante e passivo não circulante com covenants; **Alterações à IAS 7/ IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"**: Acordos de financiamentos de fornecedores; **Alterações à IFRS 16 "Arrendamentos"**: Passivo de arrendamento em uma transação de "sale and leaseback"; A **Companhia** não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da **Companhia**. **3. Demonstrações Contábeis Consolidadas**: As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 (R3), abrangendo as informações anuais das investidas, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora.

Controladas	Atividade	Participação total no capital subscrito e integralizado 2023	2022
Operacionais			
WLM	Segmento automotivo	82,90	82,90
Fartura	Bovinocultura de corte	99,51*	99,46*
Itapura	Pecuária leiteira e de corte/ Cafeicultura	100,00*	100,00*
Equipo Locações	Locação de automóveis sem condutor	100,00*	–
Descontinuada			
Superágua	Envasamento de águas minerais	100,00	100,00

* Considerando participação indireta

Processo de consolidação: O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: a) das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas; b) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e c) dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

4. Impostos a Recuperar e Créditos Tributários

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Imposto de renda	1.935	2.518	2.411	2.936
Contribuição social	33	177	111	255
ICMS a recuperar	–	–	11.884	32.633
INSS a recuperar	–	–	368	429
Pis e Cofins	–	–	6.201	6.523
Outros	–	–	40	144
Total	**1.968**	**2.695**	**21.015**	**42.920**
Circulante	1.968	2.695	7.502	28.959
Não circulante	–	–	13.513	13.961

5. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar: Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 31 do seu Estatuto Social, a **Companhia** provisionou, neste exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R$ 4.740, conforme detalhado na nota explicativa nº 21. O saldo da conta dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está assim representado:

Descrição	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício	4.790	5.567
Juros sobre o Capital Próprio	7.920	11.087
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	1.603	1.223
Total	**14.313**	**17.877**

6. Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais: As controladas são partes em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores jurídicos. As principais informações desses processos, estão assim representadas: **a) Natureza das contingências**: As controladas são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para riscos foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. **b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**: Os valores decorrentes de causas administrativas, ambientais, trabalhistas,

Mudança na lei das estatais e no estatuto da Petrobras

FUP: praticamente só agente do mercado se enquadra no CA

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) defende a mudança na Lei das Estatais, no estatuto da Petrobras e na estrutura de governança da empresa. "O tema conflito de interesses ficou tão amplo na Lei das Estatais, aprovada no auge do lavajatismo, que, na prática, somente agente do mercado está habilitado a fazer parte do conselho de administração (CA) da maior empresa do país. Isso tem que ser mudado", explicou o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, em nota divulgada nesta sexta-feira.

O dirigente cita que "nem a Lei das SA é tão rígida quanto a Lei das Estatais, que, de forma injusta, limita indicações do acionista majoritário controlador, que é a União. Além disso, a restrição partidária é inconstitucional, pois contraria o direito à livre filiação."

Na noite de quinta-feira (11), uma liminar da Justiça Federal de São Paulo suspendeu Pietro Mendes da presidência do Conselho de Administração da Petrobras, sob alegação de conflito de interesses, por ele também ocupar o cargo de Secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME). A Petrobras disse que vai recorrer da decisão.

Para Bacelar, a medida judicial é mais uma sinalização de que é preciso mudar a Lei e o estatuto da estatal. A FUP observa que vem alertando para esta questão desde o período dos trabalhos da equipe de transição do governo, da qual Bacelar fez parte como integrante do grupo de Minas e Energia.

Regulamento

De acordo com texto publicado no site da Petrobras, após 2018, todas as oportunidades de contratação na companhia publicadas pela Unidade de Operações de Exploração e Produção do Espírito Santo (UO-ES) e na Unidade de Operações de Exploração e Produção do Rio de Janeiro (UO-RIO) passaram a ser regidas pela Lei 13.303/16. Esta Lei dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade de econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União, ou seja, de prestação de serviços públicos.

Para atender os requisitos da lei, a petroleira elaborou o Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras (RLCP). Esse documento mostraas formas de contratar, as etapas a serem percorridas nas licitações, a gestão contratual e os procedimentos auxiliares, inclusive o cadastro de fornecedores.

Empresa vai recorrer contra suspensão de conselheiro

A Petrobras informou, em nota, que vai recorrer contra a suspensão do conselheiro Pietro Adamo Sampaio Mendes, presidente do Conselho de Administração da empresa. A decisão de suspender Mendes, conselheiro nomeado pelo governo federal, foi tomada pelo juízo da 21ª Vara Cível Federal de São Paulo.

"A decisão é baseada em alegada inobservância de requisitos do Estatuto Social da Companhia no processo de indicação do conselheiro. A Petrobras buscará a reforma da referida decisão por meio do recurso cabível, de forma a defender a higidez de seus procedimentos de governança interna, como tem atuado em outras ações em curso na mesma Vara questionando indicações ao Conselho", diz a nota da Petrobras.

A ação que pede a suspensão do conselheiro foi movida pelo deputado estadual Leonardo Siqueira (Novo-SP), que questiona a legalidade da presença de Mendes no conselho. O texto argumenta que há conflito de interesses na ocupação do cargo de conselheiro por Mendes, uma vez que ele também é secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia.

O autor da ação também cita a não observância da Lei das Estatais, ausência de elaboração de lista tríplice para o cargo e a não utilização de empresa especializada para a seleção.

A Justiça já havia afastado, na semana passada, outro conselheiro: Sergio Machado Rezende, também nomeado pelo governo federal.

Vale: Barragem Forquilha III passou por ajustes exigidos

A Vale informou que realizou as obras de correção da anomalia identificada em um dos dispositivos de drenagem da barragem Forquilha III, localizada na mina de Fábrica, em Ouro Preto, MG. "Conforme planejamento apresentado à empresa de auditoria que assessora o Ministério Público de Minas Gerais e demais autoridades, foi reestabelecida a função de drenagem do dispositivo, eliminando a passagem de sólidos", explicou em nota Gustavo Duarte Pimenta vice-presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale.

A mineradora realizou, em 11 de abril, as obras de correção. "Conforme planejamento apresentado à empresa de auditoria que assessora o Ministério Público de Minas Gerais e demais autoridades, foi reestabelecida a função de drenagem do dispositivo, eliminando a passagem de sólidos. Representantes da Agência Nacional de Mineração (ANM) inspecionaram o dreno nesta mesma data e certificaram a realização da operação", disse a Vale.

O acúmulo de material sedimentado na saída do dispositivo de drenagem foi detectado em 15 de março de 2024. A Vale disse que, prontamente, comunicou a situação aos órgãos competentes e, em conjunto com a Agência Nacional de Mineração e com a empresa de auditoria técnica independente que acompanha a estrutura e as obras de descaracterização, desenvolveu um plano de ação e vem acompanhando a situação minuciosamente.

Todos os instrumentos instalados para monitoramento da estrutura não acusaram alteração nas suas condições. A barragem Forquilha III é parte do Programa de Descaracaterização de Barragens a Montante da Vale e que o protocolo de emergência em nível 3 para a barragem Forquilha III foi ativado em 2019, quando ocorreu a evacuação da Zona de Autossalvamento ("ZAS"), que segue sem a presença de pessoas e animais de criação. A Vale prioriza a segurança de suas barragens, operações, empregados e comunidades, com uma atuação transparente.

A mineradora disse que continuará monitorando a estrutura permanentemente, assim como a efetividade da solução implantada, e empreendendo todos os esforços para avançar na descaracterização e redução do nível de emergência. "A barragem segue monitorada 24 horas por dia, 7 dias por semana, pelo Centro de Monitoramento Geotécnico (CMG) da empresa. Seguiremos informando as comunidades e nossos empregados sempre por meio dos nossos canais oficiais", afirmou a Vale.

KATRIUM
INDÚSTRIAS QUÍMICAS S.A.
CNPJ Nº 28.789.998/0001-74

Relatório da Diretoria. Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação e deliberação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, o Fluxo de Caixa das Operações e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, referentes aos exercícios encerrados em 31.12.2023 e 31.12.2022. As Notas Explicativas que acompanham as referidas demonstrações descrevem os procedimentos contábeis adotados. A Diretoria.

Balanço Patrimonial 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Circulante	**434.630**	486.836
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**72.002**	33.783
Contas a receber de clientes (Nota 5)	**36.091**	73.197
Estoques (Nota 6)	**206.208**	272.834
Impostos a recuperar (Nota 7)	**63.589**	69.416
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	**53.442**	36.631
Outros créditos	**3.298**	975
Não circulante	**522.081**	355.185
Tributos diferidos (Nota 9)	**53.449**	7.339
Depósitos judiciais	**886**	886
Precatórios a receber (Nota 10)	**17.340**	–
Partes relacionadas (Nota 11)	**66.284**	77.154
Adiantamento a fornecedores	**30.215**	–
Investimentos	**16**	16
Imobilizado (Nota 12)	**353.676**	269.579
Intangível	**215**	211
Total do ativo	**956.711**	842.021

Passivo	2023	2022
Circulante	**735.034**	505.738
Fornecedores (Nota 13)	**121.124**	265.542
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**430.111**	102.541
Empréstimos - Risco Sacado (Nota 14)	**19.676**	57.558
Debêntures (Nota 15)	**112.016**	49.046
Impostos a recolher (Nota 16)	**30.745**	11.495
Salários e encargos sociais	**10.316**	8.962
Dividendos a pagar	**5.724**	5.724
Outras obrigações	**5.322**	4.870
Não circulante	**38.576**	153.302
Fornecedores (Nota 13)	**–**	1.304
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**–**	3.351
Debêntures (Nota 15)	**–**	120.863
Impostos a recolher (Nota 16)	**2.204**	4.974
Provisões para riscos contingentes (Nota 17)	**505**	1.867
Partes relacionadas (Nota 11)	**33.782**	16.556
Outras contas a pagar	**2.085**	4.387
Patrimônio líquido (Nota 18)	**183.101**	182.981
Capital social	**196.134**	122.834
Reserva de capital	**130**	130
Reserva de lucro	**458**	60.017
Prejuízos acumulados	**(13.621)**	–
Total do passivo e do patrimônio líquido	**956.711**	842.021

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros: Incentivos Fiscais	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Reserva de lucros a realizar	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**122.834**	**130**	**–**	**–**	**(11.402)**	**111.562**
Capital Integralizado	–	–	–	–	–	–
Distribuição de Dividendos	–	–	–	–	**(18.694)**	(18.694)
Transferência para Reserva Legal	–	–	**3.935**	–	**(3.935)**	–
Transferência para Reserva de Lucros	–	–	–	**56.082**	**(56.082)**	–
Lucro do exercício	–	–	–	–	**90.113**	90.113
Em 31 de dezembro de 2022	**122.834**	**130**	**3.935**	**56.082**	**–**	**182.981**
Capital Integralizado	**73.300**	–	–	–	–	73.300
Transferência para Reserva de Incentivos Fiscais	–	**459**	–	–	–	459
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	**(73.639)**	(73.639)
Absorção dos prejuízos com reservas de lucros	–	–	**(3.935)**	**(56.082)**	**60.017**	–
Em 31 de dezembro de 2023	**196.134**	**589**	**–**	**–**	**(13.622)**	**183.101**

Demonstração do Resultado exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

(Em milhares de reais)	2023	2022
Receita líquida de vendas e serviços (Nota 19)	**646.718**	925.405
Custo das vendas e serviços (Nota 20)	**(635.650)**	(648.400)
Lucro bruto	**11.068**	277.005
Receitas (despesas) operacionais	**(67.046)**	(63.825)
Despesas com vendas (Nota 21)	**(47.260)**	(35.397)
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	**(31.522)**	(27.792)
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 23)	**11.736**	(636)
Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras líquidas	**(55.978)**	213.180
Resultado financeiro, líquido (Nota 24)	**(63.772)**	(75.679)
Receitas financeiras	**8.827**	1.751
Despesas financeiras	**(83.817)**	(73.626)
Variações cambiais, líquidas	**11.218**	(3.804)
(Prejuízo) / Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(119.750)**	137.501
Imposto de Renda e contribuição social corrente (Nota 25)	**–**	(32.352)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 25)	**46.111**	(15.036)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	**(73.639)**	90.113

Demonstração do Resultado Abrangente exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
(Prejuízo) / Lucro do exercício	**(73.639)**	90.113
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**(73.639)**	90.113

Demonstração dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício antes do Imposto	**(119.750)**	137.501
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	**3.903**	(1.600)
Depreciação (Nota 10)	**29.770**	27.450
Juros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados (Nota 12)	**(6.940)**	(4.130)
Provisão para juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**29.128**	31.930
Variação cambial empréstimo bancários (Nota 14)	**(13.747)**	1.216
Provisão para encargos sobre Debêntures (Nota 15)	**21.512**	25.600
Capitalização de encargos sobre Debêntures (Nota 15)	**(11.637)**	–
Amortização de custo de emissão de debêntures (Nota 15)	**3.193**	1.596
Outras provisões	**461**	386
Provisão para riscos trabalhistas (Nota 17)	**161**	1.654
Perdas por baixa de imobilizado (Nota 12)	**338**	1.881
Provisão para Perdas de Estoque	**59.768**	–
Provisão de Precatórios	**(17.340)**	–
Geração bruta de caixa operacional	**(21.180)**	223.484
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	**33.203**	(8.378)
Estoques	**6.858**	(178.764)
Impostos a recuperar	**5.827**	(41.637)
Partes relacionadas	**10.870**	(11.877)
Adiantamentos a fornecedores	**(47.026)**	(29.693)
Outros créditos	**(2.323)**	468
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	**(145.722)**	138.693
Impostos a recolher	**16.480**	66
Salários e encargos sociais	**1.354**	97
Partes relacionadas	**17.226**	2.259
Pagamento da provisão para riscos trabalhistas (Nota 17)	**(1.523)**	(236)
Outras obrigações	**(1.850)**	(1.804)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(127.806)**	92.678
Imposto de renda e contribuição pagos	**–**	(34.658)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais total	**(127.806)**	58.020
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições no imobilizado (Nota 10)	**(95.629)**	(59.170)
Aquisições no intangível	**(4)**	(6)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(95.633)**	(59.176)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	**73.300**	–
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**622.131**	185.746
Captação de empréstimos - Risco Sacado (Nota 14)	**19.676**	57.558
Captação de debêntures (Nota 15)	**90.000**	20.731
Pagamento de principal sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**(277.868)**	(126.518)
Pagamento de empréstimos - Risco Sacado (Nota 14)	**(57.558)**	(24.637)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**(35.425)**	(32.235)
Pagamento de parcela de principal sobre debêntures (Nota 15)	**(150.000)**	(49.913)
Pagamento de juros sobre debêntures (Nota 15)	**(22.598)**	(25.249)
Dividendos pagos	**–**	(13.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**261.658**	(7.517)
Aumento (redução)Redução líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa	**38.219**	(8.673)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	**33.783**	42.456
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 4)	**72.002**	33.783

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). 1. Contexto operacional: A Katrium Indústrias Químicas S.A.("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado que tem como finalidade a industrialização, importação, distribuição local e de exportação de produtos químicos utilizados principalmente nas indústrias de defensivos agrícolas, de alimentação humana, de tratamento de águas e de alimentação animal, entre outras diversas. Em agosto de 2020, a Companhia passou a formar parte 100% do Grupo Quimpac (Peru) logo da aquisição por parte da Química do Atlântico Participações Ltda da parcela da Companhia de propriedade de um acionista minoritário. Em 09 de dezembro de 2020, a Companhia concretizou a emissão das Debêntures não conversíveis, em valor de R$200.000, o que permitiu a total reestruturação de seu endividamento bancário no Brasil, com prazo de 5 anos, sendo 1 de carência, com juros de mercado mais competitivos. A operação é denominada em moeda local, permitindo assim maior controle e previsibilidade sobre seus resultados financeiros. Em 06 de junho de 2023 foi efetuada a liquidação antecipada desta Debêntures. Em 06 de dezembro de 2022, a Companhia concretizou a segunda emissão de Debêntures não conversíveis, em valor de R$240.000, para o financiamento do Projeto de Reestruturação da fábrica de Honório Gurgel, com prazo de 7 anos, sendo 3 anos de carência e 4 de repagamento. **1.1. Não atendimento às cláusulas financeiras nos contratos de Debêntures:** Durante o exercício de 2023, o mercado no qual a Companhia atua, teve uma retração que não foi previamente identificada por nossa área estratégica de vendas que atua em conjunto com as áreas estratégicas de nossos principais clientes que são grandes players de mercado, com consequência em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não alcançou os índices de obrigações financeiras previstos nas debêntures e em determinados contratos de empréstimos. A obtenção do perdão dos debenturistas no que tange a medição dos indicadores financeiros que prevê o vencimento antecipado das obrigações com as debêntures (identificado como "*waiver*" de medição desses índices financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), foi obtido nos dias 27 de dezembro de 2023 e 28 de dezembro de 2023 para o banco Santander e Itaú, respectivamente. No entanto o *waiver* conjunto dos debenturistas, conforme previsto no contrato de debêntures, assinado em 29 de novembro de 2022, cláusula 9.5.3, somente foi disponibilizados através de Assembléia Geral de Debenturistas em 28 de fevereiro de 2024. Desta forma, considerando o impacto de cláusulas de vencimento antecipado, de outros empréstimos e financiamentos, que acompanham o vencimento antecipado na eventualidade de existência de dívidas vencidas, também identificadas cláusulas de "cross default" na data base do balanço patrimonial, estamos apresentando os valores das debêntures e dos empréstimos, que originalmente ocorreria após doze meses da data base do balanço patrimonial, no curto prazo, no montante de R$ 363.204 conforme exigem as normas de contabilidade. O *waiver* concedido prevê a não antecipação da dívida para o ano de 2024 e a dispensa de medição dos índices para o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2023 até o próximo vencimento em 31 de dezembro de 2024. Assim sendo, as demais dívidas que também foram reclassificadas para curto prazo, por vencimento antecipado, passam a concorrer igualmente entre si, de forma que a partir de 28 de fevereiro de 2024 foram reclassificadas para o longo prazo em conformidade com o prazo de vencimento contratual. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em R$300.404 (e negativo em R$ 18.902 em 2022); e prejuízo líquido de R$ 73.639 (lucro líquido de R$ 90.113 em 2022). A Administração da Companhia vem trabalhando com seus acionistas a revisão de seu plano de negócios de curto, médio e longo prazos, principalmente para concretização do projeto Fênix que está em andamento e tem sua finalização prevista para o terceiro trimestre de 2025. O projeto Fênix, que será a troca de tecnologia de parte da produção, mais levar a Companhia produção por tecnologia de membrana, também aumenta em 15% a produção, reduz o consumo de energia e de consumíveis, além de ter um processo de produção mais estável, elevando a rentabilidade da Companhia. Para o curto prazo, a Companhia está revendo processos produtivos, estabelecendo redução de custos administrativos, alocação de esforços em linhas de produtos mais rentáveis, redução e equalização dos estoques de forma mais eficiente, atuando mais próximos dos clientes para atender as demandas reprimidas de mercado, e refazendo as bases de informações com novos agentes de inteligência de mercado de forma a antecipar tendencias comercias e mercadológicas. Com essas atividades, a Administração acredita ter tomado todas as ações necessárias para retomar a lucratividade e manter as operações constantes. **1.2. Efeito da Guerra na Ucrânia nas atividades da Companhia:** A Guerra entre a Ucrânia e a Rússia teve início em fevereiro de 2022 e se entende até os dias atuais sem previsão de término. Como consequência, o mundo está sendo afetado, principalmente, na economia. Aumento dos preços dos alimentos, da energia elétrica e do petróleo são os exemplos mais significantes, mas também é possível sentir os impactos nas importações e exportações, taxa de câmbio, aumento do gás, dentre outros. Desde que a Rússia iniciou os seus ataques contra a Ucrânia, muitos países impuseram medidas restritivas contra os russos e isso vem causando conflitos levando a um cenário de instabilidade mundial. Dentre os principais impactos da guerra, no que tange as atividades da Katrium, pode-se listar o preço das mercadorias importadas que ao longo de 2023 representou um fator determinante para a redução da margem. Neste sentido, visando em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou provisão para perda de realização nos estoques, no valor de R$59.768, ajustando-os ao preço de realização. Em 2023, embora o cenário de guerra ainda continue, a Companhia segue monitorando as ações de países do ocidente que ainda mantem restrições comerciais com a Rússia, de modo a mitigar qualquer impacto que possa advir de maiores restrições a matéria prima russa. Adicionalmente a Companhia considera que até o momento, não ocorreram mudanças significativas no valor justo de seus ativos e passivos trazidos pela Guerra. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), este materializou-se através dos pronunciamentos denominados CPC. A emissão das demonstrações financeiras foram revisadas e aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024. **b. Base de preparação e mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$) mil, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **2.4. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3. Práticas contábeis materiais:** a) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. b) Contas a receber de clientes: São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos desses créditos acrescidos de variações cambiais, quando aplicável, e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo. A provisão para créditos incobráveis é constituída em montante suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. c) Estoques: Os estoques são avaliados ao custo. Os custos incorridos são contabilizados pelo custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede o seu valor de mercado ou custo de reposição. d) Impostos a recuperar: Os impostos a compensar são representados por retenções na fonte, os quais serão compensados com os respectivos valores a recolher. Os mesmos estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais previstos em legislações especificas. e) Imobilizado: O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme taxas a seguir apresentadas: • Edificações - 4%; • Instalações industriais - 10%; • Móveis e utensílios - 10%; • Veículos - 20%; • Processamento de dados - 20%. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Os ativos de longo prazo da Companhia são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda, e se houver, a mesma é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Em 2023, a Administração não identificou eventos que indicassem riscos de não recuperabilidade dos ativos da Companhia. g) Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor histórico. O credor quando está sediado no exterior tem os registros das faturas em moedas estrangeiras, convertido em moeda nacional pela taxa de câmbio da data em que houve a transmissão da propriedade das mercadorias. As dívidas em moedas estrangeiras são atualizadas na taxa cambial da data do balanço, sendo a variação cambial considerada nas despesas e receitas financeiras. h) Fornecedores - Risco Sacado: A empresa atua com o financiamento de seus fornecedores, dentro de prazos operacionais, sem a possibilidade de refinanciamento, nas modalidades conhecidas como Risco Sacado (operações nacionais) e Forfaiting (operações internacionais). Inicialmente são alocadas no contas a pagar da empresa pelo prazo acordado com o fornecedor (dentro dos prazos operacionais da Cia). Com as incertezas atuais do mercado devido as interpretações não claras deste tipo de modalidade, a Cia reclassifica essa modalidade para conta Financiamentos - Risco Sacado, desta forma criando clareza sobre sua utilização. i) Empréstimos, financiamentos e debêntures: Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e debêntures que são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras quando a destinação dos empréstimos é oriundo para financiar o capital de giro. Juros de financiamentos atrelados ao financiamento das instalações industriais - Capex são levados ao custo de imobilizado. j) Reconhecimento de receitas: As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47"). A norma estabeleceu um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços. A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas a medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia avalia se a respectiva receita será apresentada líquida de perdas estimadas. k) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. l) Tributos: *Imposto de renda e contribuição social correntes.* O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. *Imposto de renda e contribuição social diferidos.* Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários. *Tributos sobre vendas.* A Companhia está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3% e 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 4% a 20%. Esses tributos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. *ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.* A interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. Em 2023 a Administração não identificou riscos e incertezas sobre os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro. m) Instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos e determina a classificação no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros.* • Reconhecimento inicial e mensuração. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. • Mensuração subsequente. Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos de acordo com a seguinte categoria: Ativos financeiros ao custo amortizado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao custo amortizado compreendem equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e créditos com partes relacionadas. Desreconhecimento de ativos financeiros. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; e • A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. *Passivos financeiros.* • Reconhecimento inicial e mensuração. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. • Mensuração subsequente. Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus passivos de acordo com a seguinte categoria: Passivos financeiros ao custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica aos empréstimos e debêntures, fornecedores nacional e estrangeiro e débitos com partes relacionadas. Para mais informações acerca dos empréstimos e debêntures, vide Nota 14 e 15. Desreconhecimento de passivos financeiros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. n) Estimativas contábeis: As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. *Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.* Ativo fiscal diferido é reconhecido para os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. *Reconhecimento para crédito de liquidação duvidosa.* A provisão para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída. A provisão não contempla Partes Relacionadas, devido a pouca materialidade das operações comerciais com as partes relacionadas. Caso se tornem materiais, a PCLD deve ser avaliadas em casos que os atrasos sejam superiores a 180 dias. *Valor justo de instrumentos financeiros.* O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. *Provisões para riscos trabalhistas.* A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Distribuição de Lucros.* A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. o) Demonstração de Fluxo de Caixa ("DFC"): A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno aos do financiamento realizados pelos seus acionistas. p) Normas e pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreu nenhuma alteração que afetasse as demonstrações financeiras da Companhia. q) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

KATRIUM
INDÚSTRIAS QUÍMICAS S.A.
CNPJ Nº 28.789.998/0001-74

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IFRS 16	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2023	2022
Caixa e contas correntes bancárias	71.979	31.175
Aplicações financeiras	23	2.608
	72.002	33.783

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários). As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado. **4.1. Conta vinculada:** A Companhia mantém uma conta vinculada no Banco Itaú para atender as obrigações determinadas no contrato de Debêntures (Nota Explicativa 15). Tal contrato estabelece uma movimentação de R$ 10.000. A verificação pelo agente fiduciário é diária, e, desde que que a Companhia esteja adimplente com o contrato, a liberação para conta movimento de propriedade da Companhia é realizada no dia imediatamente posterior ao recebimento. Por este motivo está registrada como caixa e equivalente de caixa.

5. Contas a receber de clientes:

	2023	2022
Contas a receber de clientes	56.250	90.103
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 11)	2.018	2.237
Duplicatas Descontadas	(15.052)	(15.921)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.125)	(3.222)
Total	36.091	73.197

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição do saldo de contas a receber de produtos faturados por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2023	2022
A vencer	46.808	82.000
Vencido, com atraso de		
01 a 30 dias	2.647	1.836
31 a 60 dias	269	3.115
61 a 90 dias	1.419	1.505
Acima de 91 dias	7.125	3.884
Total	58.268	92.340

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(3.222)	(4.822)
(Adições) e reversões	(3.903)	1.600
Saldo no final do exercício	(7.125)	(3.222)

6. Estoques:

	2023	2022
Matérias primas e embalagens	69.396	60.657
Mercadoria em depósito	97.828	149.178
Mercadorias para revenda	14.655	21.998
Produtos acabados	2.768	7.083
Produtos em processo	2.356	2.397
Importações em andamento	54.130	9.336
Outros materiais para uso e consumo	24.843	22.185
Provisão para realização de estoque	(59.768)	–
	206.208	272.834

Conforme nota explicativa 1.2, durante o exercício de 2023 a Companhia fez provisão para realização de estoque, considerado a valor de custo maior do que o valor comercializável.

7. Impostos a recuperar:

	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	23.422	34.115
IRPJ e CSLL – antecipações	2.562	2.562
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	19.309	26.564
Programa de integração social - PIS	3.804	5.857
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	476	208
Outros	14.016	110
	63.589	69.416

8. Adiantamentos a Fornecedores:

	2023	2022
Adiantamento a despachantes aduaneiros	71	1
Adiantamento a fornecedores nacionais	1.846	2.719
Adiantamento a fornecedores estrangeiros e Importações (a)	81.681	33.852
Adiantamento partes relacionadas (Nota 11)	59	59
	83.657	36.631
Circulante	53.442	36.631
Não circulante	30.215	–

(a) Os adiantamentos importações, R$ 50.912 em 2023 (R$ 15.819 em 2022), se referem a despesas de processos de importações em andamento ou que estão Porto – Clia. Já os adiantamentos a fornecedores estrangeiros que estão alocados no curto prazo se referem a aquisições de peças, já os alocados no longo prazo aquisições de maquinários referente ao Projeto Fênix (R$ 30.215 em 2023) que tem a expectativa de que sejam compensados superior a 12 meses, devido ao prazo de entrega do equipamento. **9. Tributos diferidos:** A Companhia, fundamentada em seu plano de negócios, que demonstra a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, constituiu o crédito fiscal do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Abaixo segue disposta a composição dos créditos fiscais:

	2023	2022
Prejuízos fiscais e base negativa	27.665	–
Provisão Perdas Estoques	20.321	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.422	1.095
Provisão Tributária	1.104	1.104
Provisão INSS litígios trabalhistas	823	781
PLR	560	389
Variação monetária	65	2.904
Provisão para riscos trabalhistas	171	635
Outros	318	431
Total de tributos diferidos	53.449	7.339

A previsão esperada de realização destes créditos é de até 10% no ano de 2024, até 30% no ano de 2025, até 40% no ano de 2026 e até 20% no ano de 2027. **10. Precatórios a receber:** Em 11 de outubro de 2019, a Companhia questionou judicialmente a manutenção do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (Processo nº 5070628-90.2019.4.02.5101 da 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro), requerendo a restituição do indébito não prescrito. Em 16 de julho de 2020, a Companhia obteve decisão favorável em relação à exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, lhe garantindo, dessa forma, o direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente no período de março de 2017 a julho de 2019. Apesar da decisão favorável transitada em julgado, a Companhia não contabilizou, à época, o ativo decorrente dos valores a serem compensados, pois entendia haver risco de realização. Em 31 de dezembro de 2022 o montante de crédito é de R$15.843, sendo R$10.990 referente ao valor de principal de indébito e R$4.853 referente a atualização monetária, corrigida pela SELIC. Em 26 de maio de 2023 a Companhia obteve os embargos de seu pedido de ressarcimento através de precatórios, efetuado o registro de precatórios a receber no valor de R$ 17.340, sendo R$10.990 de principal e R$ 6.350 de atualização monetária até 31 de dezembro de 2023. **11. Partes relacionadas:** Abaixo segue a composição das contas com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ativo	Circulante 2023	Circulante 2022	Não Circulante 2023	Não Circulante 2022
Química Del Pacífico Ltda (Nota 5) (b)	765	1.581	–	–
Quimpac S/A (Nota 5) (b)	1.312	715	–	–
Química do Atlântico Participações Ltda.(a)	–	–	66.200	77.070
Quimpac Brasil Participações Ltda (a)	–	–	81	81
Quimpac do Brasil Com. Prod. Agropecuários Ltda (a)	–	–	3	3
	2.077	2.296	66.284	77.154

(a) Os valores a receber da Química do Atlântico Participações Ltda, Quimpac Brasil Participações Ltda e Quimpac do Brasil Com. Prod. Agropecuários Ltda são referentes a conta correntes; (b) Os saldos a receber das partes relacionadas. Química Del Pacífico Ltda. e Quimpac S.A. estão relacionados a venda de mercadorias intercompany e fazem parte da operação normal da Cia. Sendo o saldo da Quimpac S.A. composto pelo valor total da receber R$ 1.253 mil (R$ 656 mil em 2022) e por adiantamentos efetuados a fornecedores no total de R$ 59 mil (R$ 59 mil em 2022). Os demais saldos apresentados estão relacionados aos saldos no final do exercício decorrentes da venda de produtos. Abaixo segue a composição das contas com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Passivo	Circulante 2023	Circulante 2022	Não Circulante 2023	Não Circulante 2022
Química Del Atlántico S.A.C. (c)	–	–	4.031	8.696
Quimpac S/A (Nota 13) (d)	36.131	76.195	–	–
Quimpac Corp S.A.C(e)	–	–	29.751	7.860
	36.131	76.195	33.782	16.556

As operações realizadas com companhias associadas, são feitas em condições normais de mercado. (c) Os valores devidos a Química Del Atlântico S.A.C., referem-se substancialmente a mútuos que foram renegociados em 2019, com amortizações em parcelas anuais e taxa juros de 7% a.a.; (d) Os saldos a pagar com a Quimpac S.A estão relacionados a compra de mercadorias para revenda. Estão em conformidade com as operações normais de compra e venda da Cia. (e) Os valores devidos a Quimpac Corp S/A, referem-se substancialmente a mútuos que foram negociados a partir de dezembro/22, com amortizações em parcelas mensais (a partir de dezembro/25) e taxa juros de 6,37% a.a.; Transações com partes relacionadas: As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	31/12/2023 Quimpac S.A.	31/12/2023 Química Del Pacífico	31/12/2023 Quimpac de Colômbia S.A.	31/12/2023 Total	31/12/2022 Total
Vendas de produtos	610	1.898	2.685	5.193	1.978
Compra de produtos	36.781	–	–	36.781	123.675

	31/12/2022 Quimpac S.A.	31/12/2022 Química Del Pacífico	31/12/2022 Quimpac de Colômbia S.A.	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
Vendas de produtos	1.959	19	–	1.978	9.169
Compra de produtos	123.675	–	–	123.675	76.474

a) *Remuneração do pessoal-chave da Administração.* O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho da Administração (diretores executivos e não executivos) e todos os administradores da Companhia. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração por serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 3.653 (R$ 3.397 em 2022).

12. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação (%)	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Saldo líquido	2022 Custo	2022 Depreciação acumulada	2022 Saldo líquido
Terrenos	–	9.953	–	9.953	9.953	–	9.953
Edificações	4	31.423	(11.985)	19.438	31.366	(10.775)	20.591
Instalações industriais	10	286.649	(168.154)	118.495	266.529	(140.059)	126.470
Móveis e utensílios	10	1.538	(1.049)	489	1.464	(900)	564
Veículos	20	1.784	(1.459)	325	1.784	(1.397)	387
Processamento de dados	20	3.597	(3.282)	315	3.597	(3.028)	569
Total do imobilizado em serviço		334.944	(185.930)	149.014	314.693	(156.159)	158.534
Obras em andamento		204.662	–	204.662	111.045	–	111.045
Total do imobilizado em curso		204.662	–	204.662	111.045	–	111.045
Total do imobilizado		539.606	(185.930)	353.676	425.738	(156.159)	269.579

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixa	Depreciação	Capitalização de juros (c)	Transferências	31/12/2023
Terrenos (a)	9.953	–	–	–	–	–	9.953
Edificações	20.591	57	–	(1.210)	–	–	19.438
Instalações industriais	126.470	3.953	(337)	(28.095)	–	16.504	118.495
Móveis e utensílios	564	71	–	(149)	–	3	489
Veículos	387	–	–	(62)	–	–	325
Processamento de dados	569	–	–	(254)	–	–	315
Obras em andamento (b)	111.045	91.548	(1)	–	18.577	(16.507)	204.662
	269.579	95.629	(338)	(29.770)	18.577	–	353.676

Descrição	31/12/2021	Adições	Baixa	Depreciação	Capitalização de juros (c)	Transferências	31/12/2022
Terrenos (a)	9.953	–	–	–	–	–	9.953
Edificações	21.799	–	–	(1.208)	–	–	20.591
Instalações industriais	84.309	3.787	(1.132)	(25.812)	–	65.318	126.470
Móveis e utensílios	497	201	–	(136)	–	–	564
Veículos	582	–	(107)	(88)	–	–	387
Processamento de dados	613	164	–	(208)	–	–	569
Obras em andamento (b)	117.857	55.018	(642)	–	4.130	(65.318)	111.045
	235.610	59.170	(1.881)	(27.452)	4.130	–	269.579

(a) Parte dos terremos da unidade de Santa Cruz (214m²) estão a alugados a American Tower do Brasil gerando receita de arrendamento. (b) Aumento do saldo referente a projetos de grande complexidade de conversão tecnologia da fábrica de Honório Gurgel que se estenderá até sua conclusão, prevista para o ano de 2025. (c) Em 2023 foi capitalizado o montante de R$ 18.577 (R$ 4.130 em 2022) dos quais R$ 11.637 estão relacionados às debêntures diretamente atribuíveis à modernização da Fábrica de Honório Gurgel e R$ 6.940 aos demais empréstimos diretamente relacionados a manutenção do capital de giro da Companhia, calculados pela taxa média ponderada dos custos aplicáveis a todos os empréstimos vigentes durante os anos de 2023, sendo este o percentual de 19,6 % a.a. (19,9 % em 2022).

13. Fornecedores:

	2023 Circulante	2023 Não circulante	2022 Circulante	2022 Não circulante
Fornecedores nacionais	52.988	–	38.331	–
Fornecedores estrangeiros(a)	32.005	–	151.016	1.304
Fornecedores partes relacionadas (Nota 11)	36.131	–	76.195	–
Total de fornecedores	121.124	–	265.542	1.304

(a) O valor de fornecedores estrangeiros corresponde a USD 6.610 na data 31/12/2023.

14. Empréstimos e financiamentos: As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

	Moeda	31/12/2023	31/12/2022	Início	Garantias
Moeda estrangeira					
Banco Bradesco	USD	–	3.441	26/08/2022	Corporativa
Banco Citibank	USD	4.945	5.407	12/09/2022	Corporativa
Banco Bocom	USD	–	7.134	27/09/2022	Corporativa
Banco Bocom	USD	–	5.983	07/10/2022	Corporativa
Banco Santander S.A.	USD	–	5.366	27/10/2022	Corporativa
Banco Itaú	USD	–	7.377	29/11/2022	Corporativa
Banco Itaú	USD	6.044	6.359	09/12/2022	Corporativa
Banco Bocom	USD	–	14.710	20/12/2022	Corporativa
Banco Santander S.A.	USD	27.534	–	03/01/2023	Corporativa
Banco do Brasil	USD	12.707	–	19/01/2023	Corporativa
Banco Citibank	USD	26.252	–	06/02/2023	Corporativa
Banco Santander S.A.	USD	148.097	–	01/06/2023	Corporativa
Banco Santander S.A.	USD	4.856	–	21/06/2023	Corporativa
Banco Itaú	USD	6.624	–	27/06/2023	Corporativa
Banco do Brasil	USD	5.075	–	27/06/2023	Corporativa
IDB Bank	USD	7.746	–	03/07/2023	Corporativa
Banco Itaú	USD	103.091	–	28/07/2023	Corporativa
Banco Citibank	USD	9.399	–	14/08/2023	Corporativa
Banco Santander S.A.	USD	5.993	–	21/08/2023	Corporativa
Banco Citibank	USD	11.711	–	28/08/2023	Corporativa
Banco do Brasil	USD	4.966	–	06/09/2023	Exportações
Banco Bradesco	USD	5.229	–	22/09/2023	Exportações
Banco Itaú	USD	6.196	–	25/09/2023	Corporativa
IDB Bank	USD	4.841	–	21/11/2023	Corporativa
Total moeda estrangeira		401.306	55.777		
	Moeda	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**Início**	**Garantias**
Moeda nacional					
Banco Santander S.A.	R$	–	2	28/02/2020	Bem móvel
Banco Santander S.A.	R$	–	56	05/062020	Bem móvel
Banco do Brasil	R$	3.346	11.395	20/05/2021	Terreno SC
Banco Bocom	R$	–	10.030	29/08/2022	Corporativa
Banco Itaú	R$	–	8.738	07/10/2022	Corporativa
Banco Citibank	R$	–	5.913	03/11/2022	Corporativa
Banco Bocom	R$	–	5.877	14/11/2022	Corporativa
Banco Safra	R$	–	8.104	30/11/2022	Corporativa
Banco Safra	R$	5.000	–	17/08/2023	Corporativa
Banco Citibank	R$	3.574	–	31/08/2023	Corporativa
Banco Fibra	R$	3.321	–	21/09/2023	Corporativa
Banco Sofisa	R$	5.026	–	16/10/2023	Corporativa
Banco Sofisa	R$	1.510	–	14/12/2023	Corporativa
Banco Fibra	R$	7.028	–	20/12/2023	Corporativa
Total moeda nacional		28.805	50.115		
Total de empréstimos e financiamentos		430.111	105.892		
Circulante		430.111	102.541		
Não circulante		–	3.351		

Nas contratações em moeda local, as taxas variam de CDI+3,25% a.a. CDI+6,67% a.a, e nas contratações em moeda estrangeira, as taxas variam de Libor + 3,25 % a.a a Libor + 4,75% a.a. **14.1 - Vencimento antecipado.** Companhia não alcançou os índices de obrigações financeiras previstos nas Debêntures e em determinados contratos de empréstimos. A obtenção do *waiver* para não medição desses índices no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi obtida nos dias 27 de dezembro de 2023 e 28 de dezembro de 2023 para os bancos Santander e Itaú, respectivamente. No entanto o *waiver* das debêntures somente foi disponibilizado em 28 de fevereiro de 2024. Desta forma, considerando o impacto de clausulas de *cross default* de todas as dívidas ativas na data base estamos apresentando os valores das Debêntures e dos empréstimos cujo vencimento contratual ocorre após doze meses após a data base, no Curto prazo conforme exigem as normas de Contabilidade. Conforme mencionado na nota explicativa 1, os empréstimos reclassificados para curto prazo foram: Banco Santander R$ 148.097 e Banco Itaú R$ 103.091. **14.2. Fornecedores com risco sacado:** A Companhia possui convênio com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas pela Companhia. A Companhia ainda possui transações comerciais de alargamento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros. E nessas transações, em média a taxa de juros aplicada é variável, de acordo com o momento econômico brasileiro, em 2023 variou entre 1% a.a. e 7,53% a.a., com prazo médio de realização de 3 meses. Estas transações foram avaliadas pela Administração e, foram consideradas como financeiras, uma vez que ainda que não haja alterações relevantes no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente, o benefício dado ao fornecedor de antecipar seus recebíveis, culmina na transferência de crédito para uma instituição financeira, a qual recebe juros pelo risco na transação. A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, mediante cessão do crédito do fornecedor para os bancos, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na demonstração do fluxo de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades de financiamento, em função da natureza de financiamento desta transação. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto junto as instituições financeiras é de R$19.676, os quais forma reclassificados pela Administração para a rubrica de empréstimos e financiamos. A Administração efetua essa transação com bancos de primeira linha, tais como Itaú e Santander.

	2023	2022
Banco Itaú	19.340	56.928
Banco Santander	336	630
Total - Empréstimos risco sacado	19.676	57.558

14.3. Movimentação de empréstimos e financiamentos: Abaixo segue disposta a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Empréstimos bancários	Empréstimos Risco Sacado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	105.892	57.558	163.450
Captação	622.131	19.676	641.807
Pagamento	(277.868)	(57.558)	(335.426)
Variações cambiais	(13.747)	–	(13.747)
Juros provisionados (a)	29.128	–	29.128
Juros pagos	(35.425)	–	(35.425)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	430.111	19.676	449.787
Circulante	430.111	19.676	449.787
Não circulante	–	–	–

(a) Em 2023 foi capitalizado o montante de R$ 6.940 sobre os empréstimos captados para manutenção do capital de giro da Companhia, calculados pela taxa média ponderada dos custos aplicáveis a todos os empréstimos vigentes durante os anos de 2023, sendo este o percentual de 19,6 % a.a. (19,9 % em 2022). **14.4. Garantias:** As obrigações da Companhia em relação aos contratos mantidos junto às instituições financeiras são basicamente para a manutenção de uma parte da carteira de cobrança, ou do recebimento de certos contratos, como garantia bancária junto a estas instituições. As dívidas firmadas com as instituições financeiras apresentadas abaixo possuem as seguintes garantias corporativas:

Banco	Garantia
Citibank	Linha cedida e garantida diretamente pelos acionistas ao Banco (Linha Global)
Santander	Contrato de Garantia Corporativa entre Quimpac Corp e o Banco por 50%
Itaú	Contrato de Garantia Corporativa entre Quimpac Corp e o Banco por 50%

15. Debêntures: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2020, a Companhia firmou o Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R$200.000. As debêntures possuem valor nominal de R$1 (mil reais) e os recursos foram integralmente destinadas à quitação de empréstimos. O prazo de pagamento em 60 meses, com 12 meses de carência de principal, com juros de 4.15% a.a. mais a variação do CDI. Em 06 de junho de 2023 foi efetuada a liquidação antecipada destas Debêntures. No dia 29 de novembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia firmou o Instrumento Particular de Escritura da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R$240.000. As debêntures possuem valor nominal de R$1 (mil reais) e os recursos serão destinados para financiar partes dos investimentos da Companhia em atualização tecnológica. Conforme contrato de Debênture, as subscrições devem ser efetuadas em parcelas/tranches, conforme abaixo:

Parcela/ Tranche	Data contratual	Situação
R$ 30.000	06 de dezembro de 2022	Integralizada
R$ 30.000	06 de março de 2023	Integralizada
R$ 60.000	06 de setembro de 2023	Integralizada
R$ 60.000	06 de dezembro de 2023	Postergada (a)
R$ 30.000	06 de março de 2024	Postergada (a)
R$ 30.000	06 de março de 2025	A integralizar

(a) Em dezembro de 2023 foi repactuado o desembolso da 4ª tranche foi postergada para março de 2024. Sendo a 5ª. Tranche protestada para de março 2024 para setembro 2024, no montante de R$30.000. O prazo de pagamento em 84 meses, com 36 meses de carência de principal, com juros de 3,15% a.a. mais a variação do CDI. Sobre a Debênture emitida em 06 de dezembro de 2022, a Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e debêntures. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento da relação: • Relação EBITDA/ Dívida Financeira Liquida com o mercado bancário, cujo índice em 2022 esta é pré-determinada em 2,5; e • Relação de PL/Dívida Liquida, cujo índice em 2022 esta é pré-determinada em 1,75. **15.1. Vencimento antecipado:** Esses índices são medidos anualmente considerando a cobertura requisitada ao final de cada exercício e apresentados ao banco em abril do ano subsequente. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não atendeu aos indicadores requeridos contratualmente, desta forma tais empréstimos foram reclassificados para o curto prazo, não obstante, a empresa obteve em 28 de fevereiro de 2024, o *waiver* dos debenturistas Banco do Brasil e Banco Itau, para a não medição desses índices, e estão divulgados na nota 28 eventos subsequentes. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das debêntures é apresentado da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Principal atualizado	120.000	180.000
Juros	1.194	2.279
Custos de capital a amortizar	(9.178)	(12.370)
Total	112.016	169.909
Circulante	112.016	49.046
Não circulante	–	120.863

Série	2ª emissão (1ª. tranche)	2ª emissão (2ª. tranche)	2ª emissão (3ª. tranche)
Quantidade de títulos	30.000	30.000	60.000
Valor nominal	R$ 30.000	R$ 30.000	R$ 60.000
Data de emissão	06/12/2022	30/03/2023	06/09/2023
Vencimento inicial	06/12/2025	06/12/2025	06/12/2025
Vencimento final	06/12/2029	06/12/2029	06/12/2029
Período de carência	36 meses	32 meses	28 meses
Amortização programada	Trimestral	Trimestral	Trimestral
Juros remuneratórios	3,50%	3,50%	3,50%

15.2. Movimentação sobre debêntures: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a movimentação das Debêntures, sem o total de custos a amortizar está assim apresentada:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	169.909	201.933
Captação	90.000	30.000
Pagamentos	(150.000)	(49.913)
Juros provisionados (a)	21.512	25.600
Juros pagos	(22.598)	(25.249)
Custos de captação	–	9.269
Amortização do custo de captação	(3.193)	(1.596)
Saldo Final	112.016	169.909
Circulante	112.016	49.046
Não circulante	–	120.863

(a) O montante de R$ 11.637 está relacionado aos juros incorridos referentes à segunda emissão de debêntures e totalmente capitalizados no ativo imobilizado visto que a totalidade dos recursos captados são destinados ao financiamento de parte dos investimentos em atualização tecnológica da Fábrica de Honorio Gurgel. **15.3. Garantias:** A Companhia mantém uma conta vinculada no Banco Itaú para atender as obrigações determinadas no contrato de Debêntures. Tal contrato estabelece uma movimentação de 8,34% do crédito liberado a cada mês. A verificação pelo agente fiduciário é diária, e, desde que que a Companhia esteja adimplente com o contrato, a liberação para conta movimento de propriedade da Companhia é realizada no dia imediatamente posterior ao recebimento.

16. Impostos a recolher:

	2023	2022
Circulante		
ICMS	8.683	299
ISS	8	4
Impostos retidos (IRRF, ISS, INSS, Lei nº 10.833)	1.589	1.210
IRPJ e CSLL Parcelamento (a)	2.644	2.386
ICMS Parcelamento (b)	668	4.349
Provisão Tributária a Pagar	3.247	3.247
Provisão Imposto s/Importações	13.906	–
	30.745	11.495
Não Circulante		
IRPJ e CSLL Parcelamento (a)	2.204	4.375
ICMS Parcelamento (b)	–	599
	2.204	4.974

(a) Parcelamento firmados em 23 de dezembro de 2020 com prazo de pagamento em 60 prestações mensais. (b) Reparcelamentos firmados em 06 de maio de 2020 com prazo de pagamento em 36 prestações mensais. **17. Provisão para riscos contingentes:** A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. A movimentação da provisão para riscos trabalhistas pode ser demonstrada da seguinte forma:

	2022	Constituição	Pagamentos	Reversão	2023
Trabalhistas	1.867	135	(1.523)	26	505
	1.867	135	(1.523)	26	505

As principais causas trabalhistas provisionadas são relacionadas a pagamento de horas extras, responsabilidade subsidiária e solidária, verbas rescisórias e etc. Contingências com risco de perda possível: Em 31 de dezembro de 2023 as perdas possiveis estão compostas da seguinte forma:

Natureza	2023	2022
Tributária	6.534	13.104
Trabalhista	4.740	2.827
Cível	–	3.738
Ambiental	–	30
	11.274	19.699

18. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social da Companhia, subscrito e integralizado está representado por 196.133.875 ações ordinárias, nominativas com valor nominal de R$1,00 (hum real) cada, totalizando R$196.134. A composição do capital social em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

Acionistas	2023 R$	2023 Ações Ordinárias	2023 Participação	2022 R$	2022 Ações Ordinárias	2022 Participação
Química do Atlântico Participações Ltda.	196.134	196.133.874	100%	122.834	122.833.874	100%
Quimica Del Atlântico S.A.C.	–	1	–	–	1	–
Capital social integralizado	196.134	196.133.875	100%	122.834	122.833.875	100%

Em 26 de dezembro de 2023 foi efetuada a subscrição e integralização de 73.300.000 ações ordinárias no valor de R$ 1,00 cada, pela sócia Química do Atlântico Participações Ltda através da AGE arquivada em 28 de dezembro de 2023 sob o número 5955812. Tal integralização foi efetuada através de transferência bancária em 19 de dezembro de 2023. b) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a compensação dos prejuízos acumulados e a destinação para reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foi apurado tal distribuição, visto que houve prejuízo no exercício. Em 14 de dezembro de 2022 foram pagos R$ 13.000, referente aos dividendos distribuídos sobre as atividades do exercício de 2022. c) Reservas de lucros: *Reserva legal e Reserva de lucros a realizar.* No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, conforme artigo 189 da lei 6.404/76 o saldo do prejuízo do exercício foi absorvido pelas reservas de lucros a realizar e pela reserva legal, nesta ordem. **19. Receita Líquida de Vendas e Serviços:** A composição das receitas é a seguinte:

	2023	2022
Receita bruta	773.702	1.098.130
Receita de vendas	789.124	1.100.946
Receita de Serviços	2.018	983
Devoluções e abatimentos (a)	(17.440)	(3.799)
	2023	**2022**
Deduções sobre as receitas	(126.984)	(172.725)
ICMS	(89.463)	(126.268)
ISS	(101)	(49)
PIS	(6.675)	(8.278)
COFINS	(30.745)	(38.130)
Receita líquida	646.718	925.405

(a) No ano de 2023 ocorreu situação pontual junto a determinado cliente no valor de R$ 11.604, que solicitou devolução parcial de suas compras devido a problemas internos, sendo as referidas receitas novamente faturadas ainda em 2023, com impacto líquido zero.

KATRIUM
INDÚSTRIAS QUÍMICAS S.A.
CNPJ Nº 28.789.998/0001-74

20. Custos das vendas e serviços

	2023	2022
Custos dos produtos vendidos (fabricação própria)	**378.554**	**402.836**
Matérias-primas	307.045	326.740
Depreciação	29.634	26.979
Mão de obra	22.751	24.210
Materiais auxiliares	7.988	8.500
Custos fixos e outros	6.253	11.210
Serviços de terceiros	3.407	3.626
Embalagens	1.476	1.571
Custos de mercadorias revendidas	248.491	241.356
Matérias-primas	105.360	102.335
Mercadorias	143.131	139.021
Custos de industrialização por terceiros	8.605	4.208
Mão de obra	1.569	767
Serviços de terceiros	693	339
Materiais utensílios e consumo	344	168
Outros	5.999	2.934
Total dos custos das vendas e serviços	635.650	648.400

21. Despesas com vendas:

	2023	2022
Despesas com vendas nacionais	45.454	32.388
Fretes	20.744	25.483
Despesas de armazenagem (a)	18.507	5.503
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	3.903	(1.105)
Brindes e amostras	1.970	1.909
Outras	330	598
Despesas com vendas por exportações	1.806	3.009
Fretes	1.592	2.822
Aluguel de tanques para armazenamento	191	132
Comissões sobre contratos de câmbio	23	55
Total das despesas com vendas	47.260	35.397

(a) Aumento pontual no ano de 2023 devido ao crescimento de importações.

22. Despesas gerais e administrativas:

	2023	2022
Pessoal	16.568	14.270
Serviços de terceiros e Consultorias	5.208	4.070
Aluguéis, condomínios, luz e água	1.714	680
Seguros	1.411	1.138
Taxas e emolumentos	831	781
Consultorias administrativas e financeiras	759	974
Despesas com viagens	645	525
Depreciações	474	473
Provisão de riscos trabalhistas	135	1.654
Outras	3.777	3.227
Total	31.522	27.792

23. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais:

	2023	2022
Precatórios	10.990	–
Receitas na venda de imobilizado	40	408
Custo Imobilizado baixado/vendido	–	(1.641)
Indenizações de Seguros	641	58
Outras	65	539
Total	11.736	(636)

24. Resultado financeiro, líquido:

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.382	1.611
Atualização precatórios	6.350	–
Outras receitas financeiras	95	140
Total das receitas financeiras	8.827	1.751
	2023	**2022**
Despesas financeiras		
Despesas de juros sobre obrigações financeiras mensuradas pelo custo amortizado	(31.107)	(31.438)
Juros de mora	(6.769)	(3.554)
Juros sobre duplicatas descontadas	(14.882)	(19.983)
Custos de garantias	(5.731)	(6.825)
Abatimentos sobre duplicatas	(141)	(937)
IOF s/ empréstimos e outros	(1.196)	(1.285)
Outras despesas financeiras	(23.991)	(6.357)
Provisão Tributária	–	(3.247)
Total das despesas financeiras	(83.817)	(73.626)
Variação cambial ativa	85.815	57.136
Variação cambial passiva	(74.597)	(60.940)
Total das variações cambiais, líquidas	11.218	(3.804)
Resultado financeiro, líquido	(63.772)	(75.679)

25. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, conforme apresentado abaixo:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(119.750)	137.501
Alíquota combinada	34%	34%
IR e CSL pela alíquota combinada	(40.715)	46.750
Adições / exclusões permanentes:		
Multa	14	75
Brindes	692	706
Precatórios	(5.896)	–
Outros	(206)	49
Renúncia fiscal (a)	–	(192)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(46.111)	47.388
Corrente	–	32.352
Diferido	(46.111)	15.036
	(46.111)	47.388
Alíquota efetiva	(39%)	34%

(a) Renúncia Fiscal referente ao PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador.

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: Os principais fatores de riscos que surgem no curso normal dos negócios da Companhia são: (i) exposição em moeda estrangeira; (ii) taxa de juros; (iii) preços de matérias primas; (iv) risco de liquidez; e (v) risco de crédito. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho da Companhia. Embora não possua uma política formal para a gestão de riscos financeiros, a Companhia executa suas operações baseada em quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez; (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio; (iii) riscos de conversão de balanços; e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos abaixo: (a) Risco de mercado: a.1) *Risco de taxa de câmbio.* A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, compras e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente de sua moeda funcional. A Companhia possui 65% de seus produtos fabricados, precificados em USD, desta forma proporciona uma proteção natural a seus custos. Em cada operação em moeda estrangeira a Companhia avalia a necessidade de proteção, seja por meio de NDF ou de Swaps. Durante o exercício de 2023 não houve necessidade de firmar tais contratos. a.2) *Risco de taxa de juros:* A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de hedge de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio ideal entre custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros, levando em conta as condições do mercado, bem como a estratégia de negócios. b) Risco de crédito: *Concentração de risco de crédito de contraparte.* O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. A fim de minimizar o risco de crédito de numerários mantidos em conta corrente, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as alocações são realizadas apenas com um seleto grupo de contrapartes altamente qualificado. A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contrapartes da Companhia estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte. Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Não havia concentração de risco de crédito relevante com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2023 e 2022. c) Risco de liquidez: A Administração da Companhia entende que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com o acesso a empréstimo, bem como o suporte do grupo, são suficientes para financiar as despesas de capital e o passivo financeiro. d) Gerenciamento de capital: A Companhia está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas, mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Ao analisar sua estrutura de capital, a Companhia utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações financeiras. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo. *Mensuração do valor justo.* • Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro 2023 e 2022 são como segue:

			2023		2022	
	Categoria	**Nível**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	72.002	72.002	33.783	33.783
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	34.073	34.073	70.960	70.960
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	68.301	68.302	79.749	79.749
Passivo						
Fornecedores em moeda nacional	Custo amortizado	2	52.988	52.988	38.331	38.331
Fornecedores em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	32.005	32.005	151.016	151.016
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	430.111	430.111	105.892	105.892
Empréstimos - Risco Sacado	Custo amortizado	2	19.676	19.676	57.558	57.558
Debêntures	Custo amortizado	2	121.194	121.194	182.279	182.279
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	69.913	69.913	92.751	92.751

27. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 o montante de cobertura dos bens segurados é de R$ 623.892, onde a Administração julga ser suficiente para o caso de ocorrência de eventuais sinistros, em razão do risco fracionado, com um limite máximo de indenização no montante de R$250.000.

	Data de vigência		Valor da
Risco operacional coberto (localidades)	**De**	**Até**	**cobertura**
Honório Gurgel	31/12/2023	31/12/2024	**427.822**
Santa Cruz	31/12/2023	31/12/2024	**74.948**
São Paulo	31/12/2023	31/12/2024	**50**
Escritório - Matriz	31/12/2023	31/12/2024	**50**
Escritório - Nova América	31/12/2023	31/12/2024	**550**
Armazém externo - Caju	31/12/2023	31/12/2024	**42.900**
Armazém externo - Duque de Caxias	31/12/2023	31/12/2024	**59.903**
Armazém externo - Caju	31/12/2023	31/12/2024	**14.200**
Parque Columbia	31/12/2023	31/12/2024	**3.469**

28. Eventos subsequentes: 28.1. Obtenção de *waiver* dos debenturistas: O contrato de debêntures estabelece determinados índices financeiros que a Companhia deve manter durante o período do contrato. No entanto, devido a circunstâncias específicas de mercado, a Companhia não conseguiu atender a esses índices conforme definido para o exercício de 2023. Como resultado, a Companhia buscou e obteve em 28 de fevereiro de 2024, o *waiver* dos Debenturistas, que concordaram em dispensar a medição em 31 de dezembro de 2023, postergando para 31 de dezembro de 2024, a medição e a necessidade de cumprimento desses índices financeiros. Essa medida foi tomada em consulta com as partes interessadas relevantes e foi considerada necessária para garantir a estabilidade financeira e operacional da Companhia. É importante ressaltar que a obtenção do *waiver* foi devidamente documentada e reflete o compromisso da Companhia em manter uma comunicação transparente e aberta com seus parceiros comerciais. O *waiver* se estende a manutenção dos empréstimos e à não execução da cláusula de antecipação dos empréstimos. **28.2. Captação da 4ª tranche das debêntures:** No dia 06 de março de 2024, conforme o Instrumento Particular de Escritura da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, ocorreu a quarta parcela/tranche no valor de R$60.000.

José Rosenberg Furer - Diretor - CPF 062.985.987-66
Anderson de Azevedo Lopes Assumpção - Diretor - CPF 035.164.847-05
CONTADORA - Sueli Bedendo da SIlva CRC-RJ 093806/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da **Katrium Indústrias Químicas S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Katrium Indústrias Químicas S.A. ("Katrium" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião com ressalva:** ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Como apresentado na nota 10, em 16 de julho de 2020, a Companhia obteve decisão favorável em relação à exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, lhe garantindo, dessa forma, o direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente no período de março de 2017 a julho de 2019. Apesar da decisão favorável transitada em julgado, a controlada não contabilizou, à época, o ativo decorrente dos valores a serem compensados. Em 26 de maio de 2023 a Companhia obteve os embargos de seu pedido de ressarcimento através de precatórios, efetuando o registro de R$17.340 mil de créditos tributários corrigidos monetariamente (R$15.853 mil em 31 de dezembro de 2022), e prosseguiu com sua contabilização no referido exercício. Consequentemente, o patrimônio líquido e o ativo estão subavaliados no montante de R$15.853 mil em 31 de dezembro de 2022. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para as notas explicativas 1, 14, 15 e 28 às demonstrações financeiras, que indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R$ 73.639 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R$300.404 mil, principalmente em consequência do vencimento antecipado de certas obrigações com debêntures, empréstimos e financiamentos, pelo não cumprimento de índices financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures datado de 06 de dezembro de 2022, os quais tiveram suas obrigações declaradas com vencimento imediato no montante de R$542.127 mil. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Debêntures e financiamentos. Conforme apontado nas notas explicativas 1, 3(i) ,14,15 e 28, a Companhia possui debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 de 16 de janeiro de 2009 no valor total de R$240.000 mil, sendo as subscrições efetuadas em até 6 parcelas, e em 31 de dezembro de 2023 totalmente integralizadas 3 parcelas, com valor residual de R$112.016 mil. Os recursos captados têm como principal destinação os investimentos da Companhia em atualização tecnológica e modernização do parque industrial. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia também possui dívidas firmadas com instituições financeiras no montante de R$430.111 mil. Tais debêntures e determinados financiamentos possuem cláusulas restritivas que impõem à Companhia o cumprimento de índices financeiros, apurados anualmente e medidos com base nas atividades da Companhia em 31 de dezembro. Em decorrência do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as obrigações referentes a empréstimos, financiamentos e debêntures passaram a ter vencimento imediato, sendo reclassificados para o curto prazo pela Administração. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o não atingimento, durante o exercício de 2023, dos índices exigidos em contratos e principalmente as consequências operacionais e de fluxo de caixa advindas desse tema. *Como nossa auditoria conduziu o assunto.* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) confirmação do saldo com instituições financeiras; (ii) avaliação do tratamento contábil adotado pela Administração com base nos fatos e circunstâncias observados nos documentos relacionados; (ii) avaliação da metodologia de cálculo dos índices financeiros estabelecidos nas cláusulas restritivas e sua aderência aos requerimentos dos respectivos contratos; (iii) mapeamento de outros contratos de empréstimos e financiamentos, que ainda que não possuam clausulas de medição financeira, se tornam vencidos automaticamente em função do não cumprimento de obrigações contratuais com outros instrumentos financeiros (cláusulas de *cross-default*); (iv) inspeção do documentos de perdão das instituições financeiras sobre os vencimentos antecipados (documentos de *waivers* subsequentes a data base às demonstrações financeiras), inclusive sobre as dívidas que possuem cláusulas de *cross-default*; (v) capacidade de geração de caixa para honrar as dívidas e demais obrigações de curto prazo; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que o tratamento e divulgações dadas sobre o tema estão aceitáveis e consistentes com as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC-SP015199/F. Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolai - Contadora CRC RJ-091370/O.

Plano de investimento para desenvolver economia verde

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Governo da Bahia vão elaborar um plano de investimento para promover o desenvolvimento econômico e a bioeconomia no estado. Em reunião nesta quinta-feira (11), na sede do banco, no Rio de Janeiro, o presidente da instituição, Aloizio Mercadante, e o governador Jerônimo Rodrigues destacaram a importância da ampliar investimentos em energia limpa e hidrogênio verde. Não foi informado o início da parceria e nem volume de recursos que será liberado para os investimentos.

"Nós estamos construindo aqui uma parceria estratégica com o Governo da Bahia. Vamos fazer um termo de colaboração bastante amplo para trazer não só os estudos, estruturação de projetos do BNDES, mas também parcerias com o setor privado e financiamento à indústria, à inovação, à economia verde", explicou o presidente Aloizio Mercadante. "Vamos ter projetos na área de energia e a Bahia é uma potência na energia limpa renovável, eólica e solar e em hidrogênio verde", completou.

Segundo o governador Jerônimo Rodrigues, o encontro permitiu a discussão de financiamento e apoio ao setor produtivo do estado. "Nós já temos uma parceria e agora, com o presidente Lula e, tendo o Mercadante nesse posto, nos ajuda bastante a clarear a relação com as empresas, mas também com financiamento de ações nossas para o desenvolvimento econômico do Estado da Bahia", disse ele.

Na reunião, com a presença de secretários do Governo, diretores e executivos do BNDES, Mercadante e Rodrigues também definiram a realização, no estado, de uma oficina de fomento e acesso ao crédito, com a participação de técnicos do Banco, para ampliar o apoio a micro e pequenas empresas.

De acordo com o Portal da Indústria, economia verde é um modelo de economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica. As três principais características, ou três pilares da economia verde são: baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos e busca pela inclusão social.

A concepção de economia verde foi desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 2008.

O conceito de economia verde foi formulado na tentativa de mostrar que desenvolvimento sustentável e desenvolvimento econômico não são contraditórios e que podem, inclusive, se tornarem complementares. Assim, não só os países desenvolvidos são capazes de adotar esse modelo, mas também as economias em desenvolvimento têm essa possibilidade. Em tese, em vez de ser um obstáculo ao desenvolvimento desses países, a transição para a economia verde contribuiria para promover esse crescimento.

Norcoast: navegação costeira, operação e mercado

Por Jorge Priori

Divulgação Norcoast

Maria Gimena

Conversamos sobre a Norcoast com Maria Gimena, CFO da empresa de navegação costeira que iniciou suas atividades recentemente no Brasil.

Como a Norcoast organizou a sua operação e a sua frota?

A Norcoast tem um serviço semanal que atende os principais portos brasileiros. Os navios saem de Santos-SP e passam por Paranaguá-PR, Suape-PE, Pecém-CE e Manaus-AM, para depois retornarem passando por Pecém-CE, Suape-PE, Santos-SP e Paranaguá-PR. Quando o serviço foi planejado, nós pensamos nos principais portos e cidades que queríamos atender. Para isso, nós temos quatro navios iguais, sendo que cada um deles transporta até 3.500 TEUs (Twenty-feet Equivalent Unit), uma medida utilizada na cabotagem e no transporte marítimo em geral, que é equivalente a uma unidade de 20 pés.

Além de prestar um serviço de porto a porto, a Norcoast também presta um serviço de logística integrada, chegando na porta dos clientes. Se os clientes quiserem esse serviço, nós fazemos a parte marítima, mas também a perna que pode ser rodoviária ou ferroviária para chegarmos nas pontas que eles precisam. A nossa intenção é oferecer soluções customizadas para atendermos as suas necessidades. Se o cliente tem um armazém no interior de São Paulo, nós vamos oferecer uma solução que chegará no Porto de Santos, será descarregada e que poderá ser entregue no armazém de caminhão.

Com dois meses de operação, nós já temos 180 contratos com empresas de diversos segmentos, empregando, de forma direta, 300 pessoas, e de forma indireta, 2 mil pessoas. Com relação às tripulações, elas são 100% brasileiras.

Foram dois anos organizando a operação?

O setup desse tipo de empresa, realmente, leva tempo. Para que uma empresa de cabotagem seja estruturada, é preciso cumprir com determinados requerimentos, obter licenças, trazer os ativos, como os navios e contêineres, e contratar os parceiros que oferecem a logística integrada. Foram dois anos estruturando a operação para que o primeiro navio saísse de Santos no dia 7 de fevereiro.

Como a empresa avalia o atual momento do mercado de cabotagem e suas perspectivas?

A cabotagem tem um enorme potencial no Brasil, crescendo 10% ao ano, mas se compararmos o Brasil com outros países que possuem uma extensão de costa similar, a cabotagem é pouco representativa na matriz brasileira de transporte, com menos de 15%. Também existe outra questão: clientes que não operam a cabotagem, pois utilizam o rodoviário e o ferroviário. Nós estamos tentando chegar nesses clientes para que possamos oferecer uma solução diferente. É por essas razões que este setor possui espaço para novos entrantes.

A Norcoast está chegando num momento muito bom para o setor, mas existem desafios que precisam ser entendidos. Por exemplo, no ano passado a seca em Manaus trouxe muitos problemas operacionais para as indústrias e para o transporte em geral. É preciso saber lidar com esses problemas para trazer soluções que apoiem os clientes.

Na avaliação da Norcoast, por que esse mercado ficou sem um novo entrante por 20 anos?

Os nossos acionistas sempre avaliaram uma operação no Brasil, mas as barreiras de entrada são bastante altas. É preciso fazer um investimento importante em navios e contêineres, e o processo de estruturação da empresa não é simples e rápido. Eu acredito que tenha sido por isso que o mercado brasileiro de cabotagem tenha ficado tantos anos sem um novo entrante.

Em termos tecnológicos, qual a diferença da Norcoast para as empresas já estabelecidas nesse mercado?

Realmente, é diferente quando uma empresa entra num mercado sem ter heranças e com tempo de planejar os sistemas. Antes de começarmos a operação, nós fizemos algumas pesquisas de mercado e vimos que os clientes pediam mais tecnologia e soluções digitais. Além disso, nós vimos que a cabotagem não é um transporte acessível para todos, tanto que, de fato, nós não gostamos de chamá-la de cabotagem, mas de navegação costeira, pois fica mais simples para que todos entendam.

Assim, nós tentamos fazer um processo muito mais simples e mais digital. Nós investimos nos sistemas de vendas, de atendimento ao cliente e de finanças, mas desde o começo decidimos trazer uma solução diferente, o portal do cliente, onde toda a experiência é feita de forma digital. Depois que o cliente se cadastra, ele faz toda a sua jornada dentro do portal, como cotações e reservas, até o pagamento da fatura.

Obviamente, nós temos um time muito bom de atendimento ao cliente que atua, especialmente, nos clientes que estão começando na cabotagem e que não conhecem tão bem o processo.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

AVISO DE LEILÃO

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia 30 de abril de 2024 às 10h00min, no auditório do DETRO, situado à Rua Uruguaiana, 118 - 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará o leilão **APLDETRO06-24**, na forma online e presencial, dos veículos apreendidos ou removidos a qualquer título, classificados como conservados e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recolhimento, conforme Portaria DETRO/PRES nº 1537 de 04 de agosto de 2020, tendo como leiloeiro o Sr. GEILSON ALMEIDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 317. A cópia do edital poderá ser consultada através dos sites **www.detro.rj.gov.br** / **www.aplleiloes.com.br**.

CONDOMÍNIO BARRA SUNDAY
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Atendendo determinação da Sra. Síndica, vimos pelo presente, convocar os (as) Senhores (as) Condôminos (as) para comparecerem na **Assembleia Geral Ordinária do Condomínio Barra Sunday, que será realizada no próprio condomínio,** no próximo **dia 15 de abril do ano de 2024 – segunda-feira**, **às 19:00 horas** em primeira convocação com o "quórum" legal, ou **às 19:30 horas** em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia": **1. Deliberação e aprovação das contas referentes ao exercício findo; 2. Deliberação e aprovação do orçamento para o exercício 2024/2025; 3. Fixar a remuneração do Síndico; 4. Eleição de Síndico, Subsíndicos e membros do Conselho Fiscal; 5. Apresentação, deliberação e votação das propostas para o novo salão de beleza; 6. Deliberar e votar sobre a proposta apresentada pela comissão de motos; 7. Deliberar sobre a criação de um fundo de obras; 8. Assuntos gerais.** Para votação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (Artigo 1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida (Parágrafo 2º do art. 654 do Código Civil). Os condôminos poderão se fazer representar por procurações públicas ou particulares, desde que com a firma dos outorgantes devidamente reconhecidas, sendo certo que na hipótese de que os outorgados apresentem candidatura dos outorgantes para ocupação a algum cargo eletivo, deverá constar na procuração poderes para votar e ser votado, sem o que as candidaturas não serão aceitas. Nos casos de procurações digitais, as mesmas deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para o e-mail indicado a saber, gerencia1@protel.com.br, acompanhadas do código de verificação ou QR Code respectivo, sem os quais não serão validadas para os fins a que se destinam. Cabe ressaltar que é de responsabilidade do proprietário da unidade autônoma, manter o cadastro atualizado junto à administradora. Desta forma, favor verificar se os dados da sua propriedade encontram-se atualizados e, no caso de haver mais de um proprietário, se ambos constam devidamente cadastrados.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024.
PROTEL ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA.
Alfredo Lopes de Souza Júnior - Diretor

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA INGLESA
CNPJ nº 33.618.356/0001- 42
CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária

Conforme disposto no artigo 22 do Estatuto, ficam convocados todos os Associados remidos e efetivos, quites com suas anuidades, para participar da Assembleia Geral Ordinária a se realizar no **dia 30 de abril** próximo, terça-feira, em 1ª convocação às 10:00 horas**.** Não havendo "*quorum*" na 1ª convocação, a 2ª e última chamada se realizará com qualquer número, às 10:30 horas do mesmo dia, para deliberação da seguinte **Ordem do Dia** da Assembleia Geral Ordinária: Conforme arts. 19 e 20 do Estatuto serão deliberadas as demonstrações financeiras e o relatório anual, apresentados pelo Sr. Diretor Presidente, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, e que se encontrarão à disposição dos associados que os solicitarem pelo e-mail: lc.malta@sbcirj.org.br; a) Informação da atualização do Quadro de Associados; b) Deliberação sobre proposta do valor global anual destinado à remuneração dos órgãos de administração da Organização. c) Informação das alçadas de investimentos autorizadas pelo Conselho Administrativo e pela Diretoria Executiva. A Assembleia Geral Ordinária **ocorrerá de forma virtual**, de acordo com o artigo 4º- A da lei 13.019 de 31 de julho de 2014. Integra e complementa esta CONVOCAÇÃO o documento com as **Orientações para Participação Remota na AGO 2024.**

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024. Cordialmente,
Mônica de Mesquita Saraiva Barbosa e Silva
Presidente do Conselho Administrativo

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2024, às 16:00 horas. 5.1. O Conselho de Administração analisou o parecer favorável do Comitê de Auditoria, que recomendou a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 da Companhia por este Conselho, bem como tomou ciência dos trabalhos realizados por este Comitê durante o quarto trimestre de 2023. 5.2. Cumpre consignar que o Conselho de Administração participa das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria durante as reuniões ordinárias, realizadas ao longo do exercício de 2023. 5.3. Ainda, em cumprimento ao Estatuto Social Companhia, os membros do Conselho de Administração apreciaram e discutiram as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023, findo em 31/12/2023, bem como o relatório emitido e assinado pelos auditores independentes (representada pela empresa Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda), não havendo impedimento para sua divulgação, sendo certo que a consignação dos votos estará arquivada na Plataforma de Governança da Companhia. 5.4. Em ato contínuo, o Conselho de Administração aprova, por unanimidade, a divulgação na presente data dos resultados - Demonstrações Financeiras do exercício de 2023, findo em 31/12/2023. 5.5. Por fim, o Conselho de Administração apreciou e aprovou o Release referente ao 4ITR2023, autorizando a Diretoria realizar sua divulgação. **Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/**

Rio de Janeiro, 20 de março de 2024.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 2024 DA COOPROAL COOPERATIVA DE CONSUMO E DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DO ESTADO DE ALAGOAS/AL

O Diretor Presidente da **COOPROAL COOPERATIVA DE CONSUMO E DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DO ESTADO DE ALAGOAS/AL**, CNPJ 40.098.736/0001-69, NIRE 27400050296, Inscrição Estadual nº 243788126, com sede na Avenida Governador Lamenha Filho 360, sala 07 (Galeria Maktub) Feitosa, Alagoas/Al, CEP 57043-000, convida a presença de todo o quadro societário composto de (20) vinte cooperantes para comparecer em sua sede no dia 26/04/2024 com primeira chamada as 17:00h, segunda chamada as 18:00h e terceira e última chamada as 19:00h, para participar da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2024**, onde uma cópia deste edital também será afixado em local visível na sede da cooperativa e uma cópia enviada por circular via e-mail para todo o quadro social, para deliberar, votar, aprovar ou não com número estatutário legal, os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: **(1)** Alteração estatutária; **(2)** Candidatura, eleição e posse para renovação do mandato da diretoria para o quadriênio 2024/2028. Maceió/AL, 15 de abril de 2024. Diretor Presidente - Luiz Elizário Palmeira Neto - CPF nº 046.089.274-69.

COOPSERJ
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CNPJ: 02.723.075/0001-26 / NIRE: 33.4.0003024-9
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, convoca os associados, que nesta data são no número de 1.571, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária de forma presencial, à realizar-se na sede da Cooperativa, dia 30 de abril de 2024, na Av. Presidente Vargas, 534, sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, às 08:00 horas com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados em primeira convocação; às 09:00 horas, com a presença de metade e mais um dos associados em segunda convocação; ou às 10:00 horas, com a presença mínima de 10 (dez) associados em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária: 1. Prestação de contas do exercício 2023; 2. Destinação das sobras do exercício de 2023; 3. Aprovação do rateio de despesas 2024; 4. Fixação do valor dos honorários, das gratificações e da célula de presença dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; 5. Outros Assuntos de interesse social. **Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024**

José Geraldo da Fonseca Chaves
Diretor Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TI RIO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, § único do Estatuto da Entidade, e nos termos dos comandos dos artigos 14, 15, 17 e 18, todos do Estatuto Social, convoca os representantes de todas as empresas associadas, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em seu Auditório, sito na Rua Buenos Aires, nº 68, 32º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, no **dia 22 de abril de 2024, segunda-feira, às 13:00 horas,** em primeira convocação e às 13:30 horas, em segunda convocação, com qualquer quórum estabelecido nos § 4º do artigo 14º, para deliberação da seguinte **Ordem do Dia:** (1) Apreciação e aprovação de contas do exercício de 2023 (conforme estabelecido no Artigo 14 do Estatuto); e (2) Assuntos Gerais. As empresas associadas, e em dia com suas obrigações (sindical e mensalidades), que enviarem representantes deverão fazê-lo por meio de procuração, para terem direito a participação e voto. Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024

Benito Leopoldo Diaz Paret
Presidente

CEG RIO S.A.
CNPJ/MF Nº 01.695.370/0001-53 - NIRE: 3330016451-1
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas da CEG RIO S.A. a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), a se realizar no próximo dia 29 de abril de 2024 às 12h (doze horas), em primeira convocação, de forma virtual, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **1)** Exame e aprovação do Relatório Anual da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras de 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, assim como do parecer do Conselho Fiscal; **2)** Aprovação da Distribuição de Resultados de 2023; **3)** Instalação e eleição do Conselho Fiscal da Companhia; e **4)** Fixação da remuneração da administração da Companhia e do Conselho Fiscal. Informamos aos Srs. acionistas que se encontram à disposição, na sede da companhia, os documentos constantes da Ordem do Dia, conforme previsão legal. Os representantes dos acionistas deverão comparecer à AGO munidos de instrumento de procuração. Rio de Janeiro (RJ), 15 de abril de 2024. **José Garcia Sanleandro -** Presidente do Conselho de Administração.

LOGUM LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF 09.584.935/0001-37 / NIRE 33.300.295.127
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE").

Ficam os acionistas convocados, na forma prevista nos artigos 123 e 124 da Lei nº 6.404/76 e nos arts. 11 e 12 do Estatuto Social da Logum Logística S.A. ("Companhia"), a participar da AGOE, sob a forma digital, através da plataforma digital Microsoft Teams, conforme disposto na Instrução Normativa nº 81/2020 do DREI, conforme alterada, a ser realizada no dia **29/04/2024,** às **10h,** com o fim de debater e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) apreciação das Demonstrações Financeiras com as contas dos administradores, Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023; (ii) proposta para destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2023; (iii) instituição do Conselho Fiscal da Companhia para o período de maio/2024 a julho/2025, nos termos do art. 38 do Estatuto Social; e (iv) eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: (v) Remuneração Global dos Administradores para o período de maio/2024 a julho/2025. Para os fins legais, a AGOE será formalmente realizada na sede da Companhia, localizada na Praia do Flamengo, 154, salas 601, 602 e 604 – Flamengo – Rio de Janeiro, CEP 22210906. Será facultada, conforme legislação aplicável, a participação e voto dos acionistas via teleconferência na plataforma digital Microsoft Teams, com a identificação de acionistas, registro de manifestações, transmissão de documentos e apresentações, bem como a gravação do conclave em áudio e vídeo. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na AGOE estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia e serão encaminhados aos representantes legais devidamente capacitados mediante solicitação. O acionista poderá ser representado na AGOE por seu representante legal ou por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. As pessoas que comparecerem à AGOE deverão exibir documento hábil de identidade e documentos comprobatórios dos respectivos poderes (inclusive poderes para outorga de procurações, se for o caso). Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. Jorge Celestino Ramos- Presidente do Conselho de Administração.

M2B SERVIÇOS DE ESTÉTICA S.A.
CNPJ 28.140.322/0001-55
NIRE :33.3.0032781-9
Comunicação aos acionistas para Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da M2B Serviços de Estética S.A. (a Companhia) para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 22 de abril de 2024, as 11 horas, na sede da Companhia, situada na Av. Érico Verissímo, nº 1000, loja 125, Barra da Tijuca, CEP. 22.621-150, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1)** Aprovação das contas, Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2020.

Rio de janeiro, 12 de abril de 2024.
Mônica Muniz Coelho Moreira - Diretora Presidente

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 30.458.020/0001-71 NIRE 33.3.0000065-8
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da **SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 17h do dia 29/04/2024, na sede social da Companhia, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar (Parte), Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para apreciação e deliberação das seguintes matérias: **a)** Relatório Anual da Administração e Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **b)** Ratificar o pagamento de Dividendos e a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio durante o exercício de 2023; **c)** Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023 e pagamento de dividendos; **d)** Eleição dos Membros da Diretoria e fixação de sua remuneração. Rio de Janeiro, 12/04/2024.

Wilson Lemos de Moraes Junior - Diretor-Presidente.